



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCIANE STAHELSKI

**TRANSIÇÃO ENTRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA E O PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO: EXPECTATIVAS DE
PROFESSORAS DE ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS**

Erechim
2018

LUCIANE STAHELSKI

**TRANSIÇÃO ENTRE O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE
CERTA E O PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO: EXPECTATIVAS DE
PROFESSORAS DE ESCOLAS ESTADUAIS DO MUNICÍPIO DE ERECHIM/RS**

Trabalho de conclusão de curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de
grau de Licenciado em Pedagogia pela
Universidade Federal da Fronteira Sul –
Campus Erechim.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Zoraia Aguiar
Bittencourt.

Erechim
2018

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

, Luciane Stahelski

Transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização:: Expectativas de professoras de escolas estaduais do município de Erechim / Luciane Stahelski . -- 2018. 59 f.

Orientadora: Doutora Zoraia Aguiar Bittencourt.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Pedagogia-Licenciatura, Erechim, RS, 2018.

1. Alfabetização no Brasil. 2. Políticas Educacionais de Alfabetização . I. Bittencourt, Zoraia Aguiar, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUCIANE STAHELSKI

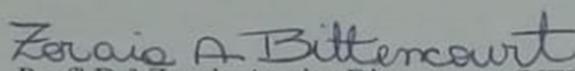
Título: "Transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização: expectativas de professoras de escolas estaduais do município de Erechim/RS".

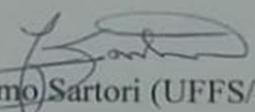
Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

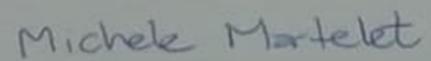
Orientadora: Profª Drª Zoraia Aguiar Bittencourt

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em:

Banca examinadora:


Profª Drª Zoraia Aguiar Bittencourt (UFFS/Erechim)


Prof. Dr. Jerônimo Sartori (UFFS/Erechim)


Profª Me. Michele Martelet (SMEd/Santa Maria)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que possibilitou a chegada deste momento, e a minha família, que sempre me incentivou e apoiou para a realização desta conquista. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado sabedoria e paciência nos momentos em que eu mais precisava, me deixando desistir jamais, possibilitando a minha chegada até aqui para a realização desta conquista.

A minha família, meus pais Odemar e Amelia, que, mesmo não estando presentes diariamente nesta jornada, torceram pela minha chegada até aqui. A vocês que me deram a vida e sempre me educaram com muito amor e ensinaram a seguir sempre o caminho do bem sendo honesta e humilde, só me resta agradecer e dizer que vocês são os melhores pais do mundo. Aos meus irmãos Rudimar e Rodrigo e minhas irmãs Lucivânia e Lucimara, que mesmo longe me incentivaram e apoiaram com muito amor e carinho a seguir em frente para a concretização desse sonho.

Às minhas amigas Ananda Izoton, Cláudia Mustchall, Deoclécia Nicolli, Francieli Bastos e Jaíne Vauchinski, pela amizade, companheirismo, choros e risos vivenciados nestes cinco anos de graduação, a minha eterna gratidão.

Agradecimento em especial a minha amiga e companheira de todas as horas e de todos os trabalhos feitos juntas no decorrer desta caminhada, Cláudia Mutschall, que sempre me apoiou, incentivou a seguir em frente, estando comigo em todos os momentos e ouvindo minhas lamentações quando houve vontade de desistir.

A esta universidade e aos professores, por me proporcionarem a possibilidade de crescimento acadêmico, incentivando e apoiando para a conclusão desta jornada, me fazendo acreditar que podemos fazer a diferença na sociedade, principalmente na educação.

Agradeço em especial a minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Zoraia Aguiar Bittencourt, primeiramente por ter aceitado ser minha orientadora, e por conduzir com paciência e carinho os conhecimentos necessários para a conclusão deste trabalho, vindo a contribuir ainda mais na minha formação acadêmica. Admiro você pela pessoa e profissional que és. Grata a ti por acreditar no meu trabalho e dedicar seu tempo para me orientar e fazer dele um trabalho melhor. Gratidão pela paciência ao compartilhar o teu conhecimento!

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que este trabalho se concretizasse, minha gratidão.

*Há um tempo em que é preciso abandonar as
roupas usadas, que já tem a forma do nosso
corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos
levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo
da travessia: e, se não ousarmos fazê-la,
teremos ficado, para sempre, à margem de nós
mesmos.*

Fernando Teixeira de Andrade

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa discute a transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim/RS. O estudo visa investigar as expectativas de professoras de escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS em relação à transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização, uma vez que, como justificativa para a implantação do Programa Mais Alfabetização, o governo não deu continuidade ao PNAIC e usou os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), os quais indicaram baixos índices de alfabetização das crianças brasileiras que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa tem por objetivos específicos analisar a proposta do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e do Programa Mais Alfabetização e averiguar as expectativas das professoras alfabetizadoras das escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS com relação ao Programa Mais Alfabetização. A partir de uma pesquisa bibliográfica e de uma pesquisa de Estado de Conhecimento, é possível afirmar que esta mudança no processo de alfabetização das crianças visa melhorias no nível de alfabetização das mesmas, mas, para isso, as professoras acreditam e afirmam que é preciso um compromisso não apenas escolar, mas também social frente às mudanças educacionais para que as mesmas possam atingir seus objetivos. Para continuidade do estudo, foi realizada uma pesquisa de campo com entrega de questionários, em escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS, para professoras que atuam no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental. A intenção era analisar, após o término do PNAIC, as avaliações que elas fazem do programa e conhecer o que elas esperam em relação à nova política recém-colocada em ação pelo governo federal. Após a análise das respostas das professoras, foram construídas Categorias de Análise a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010). As categorias definidas foram: i) *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): avaliação dos sujeitos da pesquisa*, na qual foi agrupado o que as professoras relatam como pontos positivos e pontos negativos do PNAIC; ii) *A transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para o Programa Mais Alfabetização na perspectiva dos professores*, na qual os participantes da pesquisa relataram como está acontecendo nas escolas esta transição, descrevendo se, de fato, isso está ocorrendo ou simplesmente um programa foi rompido para a execução de outro; e iii) *Expectativas dos professores em relação ao Programa Mais Alfabetização*, que apresenta as expectativas das professoras, analisando o que elas esperam em relação a esta nova política pública de alfabetização. Diante disso, é possível concluir que as professoras afirmam que o PNAIC proporcionou a elas uma reflexão sobre suas práticas pedagógicas em sala de aula, bem como promoveu a troca de experiência entre as professoras atuantes dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Apesar da mudança, as professoras encontram-se confiantes, visando por bons resultados frente à nova política. Os sujeitos desse estudo defendem que estes programas que são desenvolvidos pelo governo federal sejam mantidos com seriedade a fim de atingir os objetivos traçados, ou seja, avançar no índice de alfabetização das crianças brasileiras. Além disso, paira a dúvida sobre como e se terá continuidade o investimento na formação continuada de professores, tal como era feito no PNAIC.

Palavras-chave: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Programa Mais Alfabetização. Políticas educacionais.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL	11
2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO.....	11
2.2 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO	13
2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR	15
3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO	19
3.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO.....	19
3.2 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)	23
3.3 PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO	26
3.4 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: O QUE FALAM AS PUBLICAÇÕES DO IBICT?.....	28
4 CAMINHOS DA PESQUISA.....	34
5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS	38
5.1 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): AVALIAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA.....	39
5.2 A TRANSIÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) PARA O PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES.....	44
5.3 EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO	47
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICES	56

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, nos últimos anos, ocorreram várias mudanças na área da Educação Básica. Essas mudanças têm por objetivo proporcionar melhorias na educação e na alfabetização de crianças matriculadas nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Parte dessas mudanças vem sendo implantada por meio de Políticas Públicas Educacionais criadas por entes governamentais que colocaram em ação programas de incentivo à alfabetização.

Visando à melhoria dos índices de alfabetização no Brasil, o Governo Federal lançou em 2012, através do Ministério da Educação (MEC), o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), que tinha como proposta garantir que todas as crianças brasileiras seriam alfabetizadas até os oito anos de idade, ou seja, a alfabetização deveria ocorrer nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Essa iniciativa ocorreu para atender a Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inciso II do art. 2º, que define a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”.

Após um período de vigência do PNAIC nas escolas, o governo analisou os resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), que tem por intuito avaliar o nível de alfabetização dos estudantes ao fim do 3º ano do Ensino Fundamental, e estes apontaram para uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática).

Esses índices apresentados pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) em relação ao nível de alfabetização das crianças brasileiras matriculadas em escolas públicas em 2014 mantiveram-se os mesmos em 2016, apresentando-se, assim, estagnados. Os resultados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) revelam que parte dos estudantes que concluiu os três primeiros anos de escolarização apresenta níveis de proficiência insuficientes para a idade (BRASIL, 2017). Sendo assim, após apenas cinco anos de implantação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), o governo concluiu que o mesmo não estava suprindo as expectativas destinadas ao programa, criando, então, o Programa Mais Alfabetização, que já está em vigor, desde o início desse ano, nas escolas públicas estaduais e municipais do país.

Tendo em vista que os entes governamentais apresentam certa preocupação em relação à situação da educação brasileira, principalmente na alfabetização das crianças brasileiras, durante meu processo de formação na graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia,

questionava-me como professora alfabetizadora como faria para alfabetizar as crianças. Ao chegar ao último ano da graduação, esta é ainda uma dúvida que me preocupa. Essa questão tornou-se ainda mais presente após desenvolver as observações do estágio curricular supervisionado em anos iniciais do Ensino Fundamental em uma turma de 2º ano de uma escola pública estadual. No decorrer das observações, pude vivenciar uma situação que me causou preocupação, pois, de 14 alunos da turma em que realizei o estágio, apenas quatro estavam alfabetizados, os demais estavam em processo de alfabetização. Mesmo sabendo que cada criança tem o seu tempo de desenvolvimento e aprendizagem e que o PNAIC tem por objetivo que a criança se alfabetize até o 3º ano, acredito ser um índice de alfabetização baixo. A partir desta situação, passei a questionar-me o porquê destas crianças ainda não estarem alfabetizadas se as instituições governamentais desenvolvem programas de alfabetização que visam o avanço nos índices e o melhoramento da alfabetização no Brasil, como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e, agora em vigor, o Programa Mais Alfabetização.

Para melhor compreensão destas mudanças proporcionadas pelos governos, esta pesquisa trata da Transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim/RS. Tem como objetivo analisar as expectativas de professoras de escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS em relação à transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se fundamenta na escrita de outros autores, concentrando-se no levantamento da bibliografia referente aos estudos sobre o PNAIC e o Programa Mais Alfabetização, uma vez que a pesquisa bibliográfica “é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc” (SEVERINO, 2007, p. 122). Além disso, foi realizada uma pesquisa de campo em escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS, com professoras que atuam no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, para analisar as avaliações que elas fazem após o término PNAIC e para conhecer o que elas esperam em relação à nova política recém-colocada em ação pelo governo federal.

Sendo assim, a escrita desta pesquisa está organizada da seguinte maneira: no primeiro capítulo, apresentado após a introdução da pesquisa, procura-se conceituar a trajetória da alfabetização no Brasil, bem como problematizar os métodos utilizados para a alfabetização nas décadas passadas e defender a necessidade de se buscar novas práticas de alfabetização.

O capítulo seguinte aborda as Políticas Públicas Educacionais, as quais têm em vista melhorias no processo de alfabetização das crianças, por meio dos órgãos governamentais que são responsáveis pela educação, além de serem responsáveis pelas normas pedagógicas, leis e decretos que padronizam o ensino e a aprendizagem nas escolas públicas. Discorreremos neste capítulo também sobre os dois programas em questão, sendo eles o PNAIC e o Programa Mais Alfabetização.

No terceiro capítulo, será apresentada a metodologia realizada para a elaboração desta pesquisa, a qual foi desenvolvida a partir de uma pesquisa bibliográfica, uma pesquisa de Estado de Conhecimento e uma pesquisa de campo com entrega de questionários em escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS, com professoras que atuam no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental.

No quarto capítulo, análise dos questionários, é apresentada a apreciação dos resultados obtidos por meio dos questionários, com as respostas das professoras participantes, referentes aos pontos positivos e negativos do PNAIC, bem como suas expectativas frente à proposta do Programa Mais Alfabetização.

Além disso, serão apresentadas as conclusões sobre as expectativas das professoras em relação à transição do PNAIC para o Programa Mais Alfabetização, problematizando se terá continuidade o investimento na formação continuada de professores, tal como era feito no PNAIC.

2 ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Sabemos que as crianças, ao ingressarem no ambiente escolar, trazem consigo um conhecimento de leitura e de escrita, já que, em algum momento, tiveram um contato com um livro, uma revista ou qualquer outro aporte que apresentasse letras, ou seja, elas já trazem consigo uma bagagem de conhecimentos que influencia a sua experiência com as letras e os números. Neste primeiro capítulo teórico, então, pretende-se contextualizar brevemente a história da alfabetização no Brasil, bem como os métodos de alfabetização e os avanços ocorridos neste processo até os dias atuais, nos quais, ao menos na teoria, o professor é desafiado a conhecer a realidade de seus alunos e utilizar esse conhecimento para mediar práticas pedagógicas que valorizem a autonomia do estudante como sujeito de sua aprendizagem.

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO CENÁRIO BRASILEIRO

Ao pensarmos em alfabetização, ou melhor, no desenvolvimento histórico da alfabetização, faz-se necessário realizar uma boa compreensão frente aos aspectos que marcaram o passado deste processo. É preciso considerar, também, que muito dessa história ainda podemos encontrar em nosso presente e que é necessário problematizarmos estes aspectos para a formação e melhoria do nosso futuro, ou seja, do futuro das crianças que serão alfabetizadas.

De acordo com historiadores, a escrita surgiu “do sistema de contagem feito com marcas em cajados ou ossos, e usado provavelmente para contar o gado, numa época em que o homem já possuía rebanho e domesticava animais” (CAGLIARI, 2009, p.16). Nessa época era considerado alfabetizado o sujeito que sabia ler e escrever aqueles símbolos. Com o surgimento de mais informações, este processo precisou ser inovado, este sistema de símbolos foi abandonado e passaram a existir os símbolos que representavam a fala, surgindo, desta maneira, as sílabas. “Na Antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo já escrito e depois copiando. Começavam com palavras e depois passavam para textos famosos, que eram estudados exaustivamente. [...]. O trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização [...]” (CAGLIARI, 2009, p.17).

Sendo assim, o processo da escrita se desenvolveu devido à urgência das pessoas de se comunicarem umas com as outras. Esta escrita era registrada por meio de símbolos, os quais, por sua vez, passaram a exigir uma forma para que pudessem ser decifrados e ensinados a outras pessoas. Dessa forma, este processo de escrita passou a ter regras e a ser ensinado dentro da sociedade. Para Cagliari (2009, p.14), “quem inventou a escrita inventou ao mesmo tempo as regras de alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito, entender como o sistema de escrita funciona e saber como usá-lo apropriadamente. [...]”.

Esta aprendizagem da leitura e escrita, segundo Cagliari (2009), acontecia sem que as pessoas precisassem frequentar a escola, pois a mesma era realizada com a transmissão do conhecimento de quem já sabia ler e escrever. Neste viés, as pessoas buscavam aprender a ler para lidar com o comércio e com informações religiosas e culturais da época.

Com o avanço no sistema de escrita, os “semitas” criaram uma lista de palavras, as quais eram regidas pelo “**princípio acrofônico**, ou seja, o som inicial do nome das letras é o som que a letra representa” (CAGLIARI, 2009, p.18 grifo do autor). Este princípio contribuiu para a formação de um modo mais simplificado em números de letras e apresentava a maneira “correta” de como proceder para ler e escrever.

Na época do Renascimento, por volta do século XV e XVI, surgem as “primeiras cartilhas”, as quais se tornaram materiais didáticos indispensáveis para o ensino da leitura e da escrita. A primeira cartilha que contribuiu para o trabalho do professor foi a de João de Barros, publicada em 1540. Neste material eram encontrados o alfabeto, as combinações das sílabas das palavras e uma lista de palavras ilustradas com desenhos. Este modelo de cartilha continha também orações e mandamentos religiosos. (CAGLIARI, 2009).

Cagliari (2009) também cita a existência da cartilha de Antonio Feliciano de Castilho. Neste material podiam ser encontrados textos narrativos. Após a criação desta cartilha, surge, então, uma famosa cartilha criada por João de Deus por volta de 1830 a 1896. Já esta, por sua vez, foi muito usada no Brasil, servindo de modelo para o surgimento de outras cartilhas, as quais estavam organizadas a partir de métodos de alfabetização, os quais serão apresentados na próxima seção desse mesmo capítulo.

Diante dessa nova realidade, as antigas cartilhas sofreram uma modificação notável. Com a escolarização, o processo educativo de alfabetização tinha de acompanhar o calendário escolar. Como as antigas cartilhas fossem simples esquemas, passaram a ser mais desenvolvidas. O estudo foi dividido em lições, cada uma enfatizando um fato. O ensino silábico passou a dominar o alfabético. O método do bá-bé-bi-bó-bu

começava a aparecer. Com poucas modificações superficiais, esse tipo de cartilha iria ser o modelo dos livros de alfabetização (CAGLIARI, 2009, p.23).

Neste contexto, o processo de alfabetização no Brasil iniciou-se apenas por volta do século XIX: “[...] com a proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano [...]” (MORTATTI, 2004, p.2). “No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social” (MORTATTI, 2004, p.2).

O ato do saber ler e escrever, que até então se constituía de práticas culturais, cujo aprendizado era para poucos e se dava em casa por um membro mais velho da família, passou a ser então fundamento obrigatório da escola, sendo uma prática gratuita (MORTATTI, 2004). “Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados.” (MORTATTI, 2004, p.3).

Mortatti (2004, p.1) destaca ainda que a história da alfabetização, especialmente no Brasil, ficou marcada devido aos métodos de alfabetização, os quais vêm sendo discutidos por pesquisadores desde o século XIX, “gerando tensas disputas relacionadas com ‘antigas’ e ‘novas’ explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública”. Como sabemos, ainda há nas escolas professores que defendem os métodos considerados tradicionais, mesmo que sejam criticados e considerados os causadores do analfabetismo no Brasil. A seguir, serão, então, apresentados esses métodos de alfabetização.

2.2 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Após uma breve contextualização da história da alfabetização, é preciso abordar também os métodos de alfabetização, os quais passaram a ser usados pelos professores para garantir aos educandos a inserção no mundo da cultura letrada, ou seja, para que estes aprendessem a ler e a escrever.

De maneira breve, serão apresentados os métodos de alfabetização no Brasil, segundo a classificação histórica de Mortatti (2004), que os divide em quatro momentos históricos:

método sintético, analítico, misto e o pensamento construtivista, que a autora não nomeia como método e, pelo contrário, denomina como período de desmetodização.

Inicialmente, por volta da metade do século XIX, com o surgimento das cartilhas, surge o método sintético, que, segundo Mortatti (2004), ensinava da parte para o todo, da soletração partia-se do nome das letras, do fônico partia-se dos sons que correspondia cada letra e da silabação partia-se das sílabas. Para o ensino da leitura e da escrita, iniciava-se sempre por ordem de dificuldade, apresentavam as letras e seus nomes, após os sons, por fim, as famílias silábicas, que serviam de base para depois poder ensinar frases isoladas, que, após, seriam agrupadas. Depois desse período, surgiu o método analítico, que, em oposição ao método sintético, iniciava o ensino da leitura e da escrita pelo “todo”, para depois se proceder à análise de suas partes constitutivas.

Devido às novas urgências políticas e sociais, por volta da década de 1920, “começaram a se buscar novas propostas de solução para os problemas do ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita” (MORTATTI, 2004, p.8). Tendo em vista estas novas propostas de ensino, surgem, então, os métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético ou vice-versa), sendo considerados mais rápidos e eficientes. Este método encontra-se em duas formas: uma que parte de palavras ou frases (método analítico sintético de orientação global) e a outra que parte das vogais, as quais são associadas às consoantes formando sílabas, na qual combinadas umas às outras originam as palavras (método analítico-sintético de orientação sintética).

Em meados da década de 1980, os professores novamente buscaram novas propostas e recursos para solucionar o problema da escrita e da leitura, experimentando novos métodos de aprendizagem. Visando melhores soluções para a alfabetização, surge no Brasil um “pensamento construtivista”, fruto das pesquisas de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a Psicogênese da Língua Escrita a partir das ideias de Piaget.

Por meio dessa perspectiva teórica, a criança constrói o seu conhecimento e o professor é visto como mediador do conhecimento que as crianças já possuem, buscando proporcionar situações e condições de atividades interativas, nas quais a criança seja protagonista do seu próprio conhecimento. A esse momento Mortatti (2004) dá o nome de desmetodização, uma vez que representa o fim desses tradicionais métodos de alfabetização (sintéticos, analíticos, mistos), já que as ideias que emergem nesse período não estão voltadas para como se ensina, mas para como se aprende.

Podemos considerar que no passado o ensino da alfabetização girava em torno da autoridade dos professores, métodos e livros. Constatando-se que a criança que não

trabalhasse no ritmo do professor, dos métodos e dos livros, acabava por não se alfabetizar, pois era considerada um ser incapaz (MORTATTI, 2004). Com o surgimento das propostas que passaram a valorizar a criança, criou-se um ambiente mais tranquilo e calmo, facilitando e tornando a interação do professor e aluno mais saudável, proporcionando condições favoráveis para o processo da alfabetização.

Com o surgimento das novas práticas de leitura e escrita, nas quais o ato de ler e escrever passa a ser elemento fundamental para o convívio e a interação do ser humano inserido numa nova sociedade, esta “aquisição” de leitura e escrita acaba se tornando um ato de cidadania, ao mesmo instante que se torna uma ação de inclusão social, diferentemente de um passado no qual as pessoas analfabetas eram excluídas de votar, dentre outros direitos que só passaram a ser possíveis após algumas reivindicações. Neste sentido, para Mortatti (2004), estamos inseridos em um mundo com novos modos e conteúdos de pensar, sentir, querer e agir.

Para Mortatti (2004), as evidências que sustentam a escola e a alfabetização vêm sendo questionadas devido à ação da escola sobre o cidadão. Para ela, o que chamamos de fracasso escolar na alfabetização “[...] se vem impondo como problema estratégico a demandar soluções urgentes e vem mobilizando administradores públicos, legisladores do ensino, intelectuais de diferentes áreas de conhecimento, educadores e professores” (MORTATTI, 2004, p.3).

Sabemos que alfabetizar é uma das tarefas mais importantes na função do professor, porém, muitas vezes, não é fácil, pois muitos profissionais não sabem como exercê-la de maneira eficaz, acabando por repetir métodos de alfabetização já ultrapassados. Para tanto, é importante que o docente permita-se ter um olhar crítico em relação às práticas de alfabetização, uma vez que isso o levará a reconhecer outros possíveis modos de ensinar, aperfeiçoando, assim, sua prática pedagógica. Neste sentido, a próxima seção visa apresentar as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores.

2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

Como vimos, historicamente, a alfabetização ocorria de maneira tradicional por meio dos métodos sintético e analítico, já abordados na seção anterior. Sendo assim, era considerada alfabetizada a criança que conseguisse codificar e decodificar palavras. Neste sentido, Rios (2015, p.2837) destaca que

Por muito tempo acreditou-se que o aprendizado da leitura e da escrita era de responsabilidade apenas da escola, e que a solução para as dificuldades acarretadas neste processo estava na escolha adequada do método de alfabetização, o qual garantiria ao educador ter o domínio sobre a aprendizagem do aluno.

É exatamente essa a intenção desta seção: abordar as práticas de alfabetização que vêm sendo usadas pelos professores alfabetizadores, uma vez que, desde a década de 80, o Brasil apresenta debates sobre a Alfabetização e sobre as práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores para o processo de ensino da leitura e da escrita. Podemos encontrar várias pesquisas que abordam a história da alfabetização, a evolução dos métodos de alfabetização e as práticas de alfabetização. Neste sentido, cabe nos perguntar: Como ocorre o processo de alfabetização nos dias atuais? Quais são as práticas pedagógicas usadas pelos professores alfabetizadores?

Podemos afirmar que, na sociedade na qual vivemos, o saber ler e escrever não basta mais como antigamente, sendo que as necessidades aumentaram, assim como também aumentou o grau de estudo das pessoas, o mercado de trabalho também começou a ser mais disputado e exigir formação dos cidadãos, sendo o estudo hoje um requisito básico para o ingresso ao trabalho.

Neste sentido, discute-se que saber ler não é o suficiente para um indivíduo, assim como também o saber escrever. É preciso ir além de apenas codificar e decodificar letras e palavras, sendo necessário fazer o uso social da língua. “Durante muito tempo, pensou-se que codificar e decodificar o código era o suficiente para caracterizar um indivíduo como ‘alfabetizado’ e que o educador era o único responsável por transmitir para o aluno o conhecimento sobre o código alfabético” (RIOS, 2015, p.2837).

Parte das pesquisas que hoje encontramos destaca a maneira como as crianças eram alfabetizadas, ou seja, por meio da memorização e cópia. Para este tipo de metodologia, eram usadas as cartilhas. Este processo, por sua vez, limitava o aprendizado da criança: “tudo isso se realizava através de uma metodologia que orientava para as práticas pedagógicas voltadas principalmente para a aprendizagem mecânica de grafemas e fonemas que, juntos, constituíam sílabas e palavras” (EBERT, 2016, p.12). O método sintético usado à época limitava a criança a aprender por grafemas e fonemas, ou seja, letras e sílabas, já no método analítico as crianças se alfabetizavam com a palavra e, após, com pequenas sentenças e frases.

Essas práticas de alfabetização permaneceram (e ainda permanecem) presentes nas escolas. Muitos professores acreditavam (e ainda acreditam) que, por meio da repetição de atividades, exercícios e de cópia, contribuiriam positivamente para o desenvolvimento da

alfabetização das crianças. Somente em “[...] 1980, surgiram questionamentos de educadores, [...] acerca das metodologias que direcionam o trabalho que envolve a alfabetização. Foram questionadas as metodologias que não privilegiavam um trabalho que valoriza a leitura e a escrita como práticas sociais” (EBERT, 2016, p.34).

Tendo em vista que na época já existia um fracasso escolar e que os educadores e pesquisadores visavam reverter esta situação, o pensamento construtivista, que surgiu na década de 1980, trouxe importantes avanços para o processo de alfabetização e para as práticas pedagógicas dos professores. Sendo assim, “o foco deixa de ser o processo de aprendizagem através dos métodos de ensino, e volta-se para o processo de aprendizagem da criança” (RIOS, 2015, p.2839).

Esse novo olhar da escola sobre o ensino e aprendizagem da leitura e escrita como processo de alfabetização, trouxe uma significativa mudança para a área de educação, pois quebrou os paradigmas da mera codificação (escrever) e decodificação (ler), contrapondo-se com o “tradicional” (RIOS, 2015, p.2839).

Mesmo que muitas pesquisas e estudos tenham surgido para romper com o paradigma considerado tradicional, não é de se estranhar que ainda encontremos professores que fazem o uso de métodos totalmente ultrapassados por acharem esses mais fáceis, por apenas saberem fazer sempre da mesma maneira, negando-se a desafiar e desenvolver outro ou, então, por comodismo. Neste sentido, acredito que o professor alfabetizador precisa estar sempre envolvido em formação para desenvolver práticas pedagógicas emancipatórias, atuais e eficazes. Caso contrário, continuará à mercê dos questionamentos da sociedade e dos pesquisadores sobre as suas práticas e métodos de alfabetização.

Como futura profissional na área da educação, acredito que cabe a nós professores pensarmos em trabalharmos com práticas emancipatórias, as quais consideram a criança no seu tempo de aprender, oportunizando a construção do conhecimento. Cabe, assim, ao professor o papel de pesquisador, desafiando-se a trabalhar com novas práticas pedagógicas, pois, como diz Freire (1996, p.25), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção ou construção”.

Para Adão e Machado (2015), o professor precisa sair da sua zona de conforto, pois os alunos deixaram de ser passivos e buscam por novos métodos de ensino dentro do ambiente escolar, visto que são alunos que vêm de uma geração diferenciada, que ano após ano vão mudando devido às inovações tecnológicas, que, muitas vezes, são mais atrativas do que as

aulas. Desta maneira, o educador precisa estar em constante processo de formação continuada para contribuir qualitativamente na construção do conhecimento das crianças.

Segundo Vieira (2017, p.36), “nesse novo panorama educacional, passamos a conviver com a quase negação da decodificação e dos métodos para alfabetizar; a defesa concentra-se na adoção de textos de função social; não mais na adoção de cartilhas como material didático oficialmente adotado até a década anterior”.

Ao mesmo tempo, é possível encontrar professores comprometidos com seu trabalho, que buscam por melhorias em suas práticas pedagógicas desenvolvendo práticas emancipatórias, bem como encontrar nessa mesma escola docentes que trabalham com os métodos tradicionais. Diante disso, as políticas públicas voltadas para a alfabetização objetivam qualificar ainda mais estas práticas de alfabetização, muitas vezes, numa tentativa de padronizá-las. Os entes governamentais, bem como organismos internacionais, acreditam que a mudança e os avanços nos índices de alfabetização iniciam-se pelos novos estudos que vêm sendo apresentados acerca do processo de alfabetização. Para melhor compreender essas intenções governamentais, o próximo capítulo apresentará uma breve contextualização sobre as políticas públicas educacionais, especialmente aquelas voltadas à alfabetização.

3 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo pretende-se contextualizar brevemente a história da Educação brasileira e a criação das Políticas Públicas Educacionais, apresentando as contribuições das mesmas para o avanço da educação no nosso país. Já que visam melhorias no processo de alfabetização das crianças, os órgãos governamentais responsáveis pela educação passam a criar normas pedagógicas, leis e decretos para tentar padronizar o ensino e a aprendizagem nas escolas públicas, as quais são chamadas de políticas públicas educacionais. Também, nesse capítulo, serão analisadas duas dessas políticas: o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização, uma vez que são as mais recentes e as principais iniciativas governamentais no campo da alfabetização.

3.1 HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À ALFABETIZAÇÃO

Como sabemos, a Educação, assim como a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, entre outros direitos dos cidadãos brasileiros previstos no Art. 6º da Constituição Federal (CF) de 1988 (VIEIRA, 2003), se refere ao direito de escola para crianças, jovens e adultos, lugar onde os mesmos se encontram e são desafiados a ensinar e a aprender.

A Constituição define a educação, no Art. 205, como “direito de todos e dever do Estado e da família”, a ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Este direito só foi possível devido às lutas que ocorreram no decorrer da história da educação brasileira. Esse documento, bem como outros tantos, estabelece direito pleno para exercermos nossa cidadania, além de conhecermos nossos direitos e deveres. Para assegurar esses direitos e deveres, existem as Políticas Públicas Educacionais, mas o que vem a ser isso? Oliveira (2010) apresenta que, se política pública é tudo o que um governo faz ou deixa de fazer, isso significa que política pública educacional também vem a ser tudo o que é feito pelo governo, porém direcionado para a educação escolar.

Neste sentido, Oliveira (2010) acrescenta que educação vai além da visão escolar, ou seja, é tudo o que aprendemos na sociedade, na família, na igreja, enfim, em diferentes ambientes. Segundo o autor, a educação só é escolar quando demanda de política pública. Nessa perspectiva, “[...] políticas públicas educacionais dizem respeito às decisões do governo que têm incidência no ambiente escolar enquanto ambiente de ensino-aprendizagem” (OLIVEIRA, 2010, p.5).

No Brasil, as políticas educacionais apresentam um foco para as questões escolares, as quais a responsabilidade compete ao governo federal, estadual e municipal, bem como compreende um esforço da sociedade e das instituições para garantir, de forma permanente, os direitos de cidadania a todos.

O professor é a peça principal. Ele precisa conhecer as políticas públicas educacionais vigentes para lutar e fiscalizar pela sua efetivação e qualidade e alcançar o objetivo almejado. Hoje no Brasil existem algumas ações que o governo promove na educação, nas quais o foco é incentivar o ensino de qualidade e oportunidade para todos. Estas ações são as melhorias que os entes governamentais pretendem realizar para apresentar uma educação gratuita e de qualidade para todos. Sendo assim, eles criam as políticas educacionais para desenvolver os programas educacionais. Tendo em vista que o Brasil ainda apresenta uma elevada porcentagem de analfabetos que estão dentro ou fora do ambiente escolar, os responsáveis pela educação estão sempre procurando programas inovadores para extinguir esta situação, ou, ao menos, minimizar a mesma, especialmente em relação à alfabetização.

Tendo em vista que algumas políticas públicas voltadas para a educação não sanaram as expectativas do governo, e o mesmo visa apresentar melhores resultados nesta área, verificou-se, assim, a necessidade de investir em programas de formação de professores, com formação continuada para professores alfabetizadores.

Cabe destacar que foram várias as tentativas de melhoria de desempenho na história da alfabetização, visando melhores índices de alfabetização, visto que “o Brasil ainda tem cerca de 11,8 milhões de analfabetos, o que corresponde a 7,2% da população de 15 anos ou mais”, (FERREIRA, 2017). Pesquisa sobre o assunto apresenta dados de que o Brasil não conseguiu atender a meta 9 do Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à alfabetização da população com 15 anos ou mais, sendo que a mesma pretendia reduzir o analfabetismo a 6,5% até 2015, o que não aconteceu. Mesmo assim, a referida lei pretende em 2024 erradicar o analfabetismo do país.

Diante disso, neste capítulo, farei uma breve apresentação dos três principais programas nos quais o governo investiu fortemente nas últimas décadas procurando ajustar a situação do nível de alfabetização no Brasil a partir do investimento na formação de professores, sendo eles: o Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), o Programa de Formação Continuada de Professores dos Anos Iniciais/ Séries Iniciais do Ensino Fundamental (PRÓ-LETRAMENTO) e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

O Programa de Formação de Professores Alfabetizadores¹ (PROFA) “é um curso anual de formação destinado especialmente a professores que ensinam a ler e escrever na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, tanto crianças como jovens e adultos” (BRASIL, 2001, p.20). Este programa foi lançado no ano de 2000, pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de oferecer “novas técnicas de alfabetização, originadas em estudos realizados por uma rede de educadores de vários países”. Pelo que consta nos documentos, este programa surgiu após os estudos de Ana Teberosky e Emília Ferreiro. O PROFA “leva em conta a nova concepção de que, para o aluno aprender corretamente a ler e escrever, é necessário que ele participe de situações que o façam refletir, inferir, estabelecer relações e compreender informações, transformando-as em conhecimento próprio”.

Foi um programa que realizou curso de formação que totalizou 160 horas, distribuídas em três módulos, os quais foram divididos da seguinte maneira: 75% do tempo destinado à formação em grupo e 25% do tempo destinado ao trabalho pessoal. Esta proposta consistia em “realizar encontros semanais de 3 horas de duração e 1 hora de trabalho pessoal, durante 40 semanas”. Ao término do curso, quem participava com uma determinada frequência recebia um certificado emitido pela instituição que desenvolveu o programa em parceria com o MEC.

O respectivo programa era dividido em módulos. O primeiro módulo abordava conteúdos de fundamentação relacionados aos processos de aprendizagem da leitura e da escrita e à didática da alfabetização. Já o segundo e terceiro módulos tratavam de propostas de ensino e de aprendizagem da língua escrita na alfabetização, “sendo o Módulo 2 mais focado em situações didáticas de alfabetização e o módulo 3, nos demais conteúdos de língua portuguesa que têm lugar no processo de alfabetização” (BRASIL, 2001, p.20).

A respeito do material fornecido, os mesmos eram textos escritos destinados aos professores cursistas e aos formadores, além de 30 programas de vídeo especialmente produzidos para uso no curso. O material escrito intitulava-se *Documento de Apresentação do Programa*, *Guia de Orientações Metodológicas Gerais* (destinado para todos os envolvidos com o Programa), *Guia do Formador* (destinados aos Formadores), *Coletâneas de Textos Fichário/Caderno de Registros* (destinado a formadores e professores), *Catálogo de Resenhas*, *Manual de Orientação para uso do acervo do Programa Nacional Biblioteca da Escola* (proposto ao grupo). Quanto ao material destinado em vídeo, eram 11 vídeos do Módulo 1, 9 vídeos do Módulo 2, 9 vídeos do Módulo 3 e 1 vídeo do Formador (BRASIL, 2001, p.21).

¹ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Profa/apres.pdf>>

Este programa mostrou a importância de se investir na formação de professores, demonstrando uma valorização destes profissionais, fornecendo adequadas condições de trabalho, bem como estabelecendo um espaço onde os professores puderam refletir, construir e discutir sobre a alfabetização em coletividade.

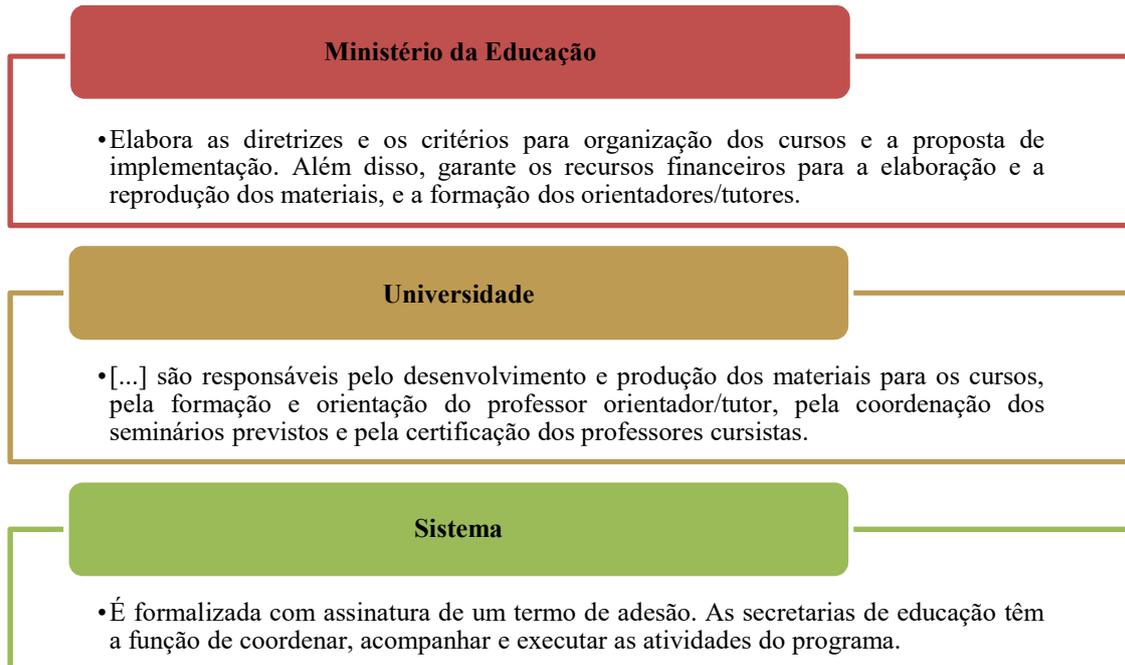
Outro programa que deu ênfase à formação de professores foi o Pró-Letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação, o qual foi implantado no ano de 2007, sendo um programa “de formação continuada de professores para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática nos anos/séries iniciais do ensino fundamental”. O Pró-letramento² foi criado pelo MEC em parceria com as Universidades participantes da Rede Nacional de Formação Continuada e com a adesão dos estados e municípios com objetivos de:

Oferecer suporte à ação pedagógica dos professores dos anos/séries iniciais do ensino fundamental, contribuindo para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem de língua portuguesa e matemática;
Propor situações que incentivem a reflexão e a construção do conhecimento como processo contínuo de formação docente;
Desenvolver conhecimentos que possibilitem a compreensão da matemática e da linguagem e de seus processos de ensino e aprendizagem;
Contribuir para que se desenvolva nas escolas uma cultura de formação continuada;
Desencadear ações de formação continuada em rede, envolvendo Universidades, Secretarias de Educação e Escolas Públicas dos Sistemas de Ensino. (BRASIL, 2007, p.2)

O Programa se organizou de forma semipresencial, contando com atividades presenciais e a distância, acompanhadas por tutores, tendo como suporte material impresso e vídeos. Com uma parceria entre o Ministério da Educação, as Universidades e o Sistema de ensino, as funções foram assim atribuídas:

Quadro 1: Função de cada parceira do Programa Pró-Letramento.

² Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pro-letramento/base-legal>>



Fonte: Elaborado pela autora a partir do site <<http://portal.mec.gov.br/pro-letramento/base-legal>>

Sobre este programa, podemos concluir, a partir das pesquisas realizadas sobre o mesmo, que foi um programa significativo, contribuindo para que as professoras ampliassem seus saberes sobre o estudo da língua, refletissem sobre suas práticas de leitura, bem como desenvolvessem práticas de leitura que encaminhassem o aluno para uma formação de leitor autônomo.

A seguir, apresento o terceiro programa de formação de professores, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Considerando que o mesmo é um dos programas que elenquei para minha pesquisa, essa política encontra-se em seção própria, seguida ainda de outra seção específica sobre a mais nova política pública lançada pelo MEC, o Programa Mais Alfabetização.

3.2 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC)

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), segundo o site do Ministério da Educação, é um programa do Ministério da Educação (MEC) de incentivo à alfabetização que visa à colaboração entre o Governo Federal, governos estaduais e municipais e do Distrito Federal, “dispostos a mobilizar esforços e recursos na valorização dos professores e das escolas; no apoio pedagógico com materiais didáticos de qualidade para

todas as crianças do ciclo de alfabetização³ [...]”. Tem como proposta a formação dos professores, visando, assim, garantir que todas as crianças brasileiras sejam alfabetizadas até os oito anos, ou seja, a alfabetização deve ocorrer nos três primeiros anos do Ensino Fundamental. O objetivo é atender a Meta 5 do Plano Nacional da Educação (PNE), que foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, inciso II do art. 2º, que define a responsabilidade dos entes governamentais de “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico”.

Para tal, a Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012, do Ministério da Educação (MEC), apresenta no Art 5º os objetivos das ações do PNAIC, sendo eles:

- I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental;
- II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica;
- III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores;
- V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012).

Segundo o que consta no Plano Nacional de Educação (PNE), a alfabetização vai além do domínio da escrita e dos cálculos matemáticos, uma vez que, em pleno século XXI, somos marcados pelos avanços tecnológicos, os quais requerem pessoas mais hábeis, críticas e criativas para o uso das informações de todas as áreas. Desta maneira, acredita-se que a meta 5 não é tarefa fácil, mas também nem impossível, tendo em vista que o PNAIC foi criado com esta finalidade. Para assegurar se o objetivo de alfabetizar as crianças até os oito anos estava ou não sendo atingido pela implantação do PNAIC nas escolas, foi criada uma avaliação externa nomeada Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA).

Esta avaliação é destinada para as instituições de ensino urbanas e rurais, com a finalidade de avaliar os estudantes matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental, no último ciclo de alfabetização (BRASIL, 2013). A proposta desta avaliação encontra-se prevista na portaria citada acima, no art. 9º, inciso IV, a qual prevê a “avaliação externa universal do nível de alfabetização ao final do 3º ano do ensino fundamental, aplicada pelo Inep”.

Desde então, o nível de alfabetização das escolas públicas brasileiras é avaliado pela avaliação ANA, que é aplicada anualmente. Além de avaliar o nível de ensino dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental, busca produzir indicadores sobre as condições de ensino e

³ Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnld/pnld-pnaic>>. Acesso em: 07 set. 2018

concorrer pela melhoria do ensino a partir da diminuição das desigualdades por meio de políticas (BRASIL, 2013).

Para atender os objetivos do PNAIC, o governo, juntamente com as entidades governamentais estaduais e municipais, realizou em 2013 um curso de formação com uma carga horária de 120 horas na área de linguagens e, em 2014, outro curso de 120 horas para a área da matemática. Esta formação continuada era fornecida para coordenadores gerais, supervisores e formadores regionais, coordenadores municipais, orientadores de estudos e professores alfabetizadores.

Neste propósito, a formação do professor foi o foco principal do PNAIC, visto que “a formação continuada do professor neste programa é muito valorizada, pois dela depende a qualidade do ensino. O profissional que não se atualiza corre o risco de tornar suas práticas defasadas e enfadonhas [...]” (ADÃO; MACHADO, 2015, p.45). O professor, como mediador do conhecimento, precisa estar em constante atualização, visto que o perfil dos alunos muda constantemente, exigindo dos seus professores domínio, criatividade e criticidade para que assim haja de fato uma contribuição e formação de alunos críticos, ativos e participantes da sociedade. Desta maneira, o programa de formação continuada do PNAIC “elencas concepções conceituais e busca formar um perfil de professor alfabetizador, que terá a intenção de formar determinado perfil de estudante ou de cidadão, que atenderá as demandas da sociabilidade atual” (SOUZA, 2014, p.3).

O PNAIC foi uma das primeiras políticas educacionais que, no decorrer da formação continuada, os professores alfabetizadores eram beneficiados com uma bolsa mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais) oferecida pelo MEC. No entanto, no ano de 2017, o MEC deixou de pagar este auxílio aos professores. Esta remuneração com bolsa tinha seus valores variados de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais)⁴ a R\$ 200,00 (Duzentos reais), sendo os professores alfabetizadores os que recebiam o menor valor. As Universidades Públicas eram as responsáveis pela organização e coordenação do PNAIC, o curso era presencial e em rede, pois as Universidades realizavam as formações com os orientadores de estudos, após esses orientadores trabalhavam com os professores alfabetizadores.

⁴ A remuneração da bolsa era dividida da seguinte maneira: R\$ 200,00 mensais para o professor alfabetizador; R\$ 765,00 para o orientador de estudo; R\$ 765,00 para o coordenador das ações do pacto nos estados, Distrito Federal e municípios; R\$ 1.100,00 para o formador da instituição de ensino superior; R\$ 1.200,00 para o supervisor da instituição de ensino superior; R\$ 1.400,00 para o coordenador adjunto da instituição de ensino superior; e R\$ 2.000,00 para o coordenador-geral da instituição de ensino superior. Valores referentes ao ano de 2013

No entanto, por acreditar que apenas cinco anos de política educacional são suficientes para modificar índices históricos de analfabetismo e defasagem escolar, o governo, após resultados da ANA, concluiu que o PNAIC não havia dado certo. Com isso, em 22 de fevereiro de 2018, extingue o programa de maior política nacional de formação continuada de professores para criar, então, uma nova política educacional, o Programa Mais Alfabetização, o qual será apresentado e analisado na próxima seção do texto.

3.3 PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

O Governo Federal, visando melhorias para a educação das crianças brasileiras, principalmente na alfabetização das mesmas, criou o Programa Mais Alfabetização, instituído por meio da Portaria MEC nº 142, de 22 de fevereiro de 2018, como uma estratégia que visa fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental⁵. Este é um programa que se fundamenta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que determina o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

O Programa Mais Alfabetização, então, surgiu como uma estratégia do MEC diante dos resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), que apontou para uma quantidade significativa de crianças nos níveis insuficientes de alfabetização (leitura, escrita e matemática).

Segundo o site do MEC, o objetivo do Programa Mais Alfabetização é de fortalecer e apoiar as unidades escolares no processo de alfabetização para fins de leitura, escrita e matemática dos estudantes no 1º ano e no 2º ano do Ensino Fundamental. Para tal, o Programa Mais Alfabetização se compromete em colocar à disposição das professoras alfabetizadoras um assistente por um período de cinco horas semanais para unidades escolares não vulneráveis, ou de dez horas semanais para as unidades escolares vulneráveis. Para atuar como assistente no Programa, o mesmo pode ser um professor formado ou um estudante de Pedagogia ou de Magistério, ficando a cargo da secretaria de educação garantir processo formativo adequado para o assistente de alfabetização. Esses assistentes desempenharão um

⁵ No entanto, segundo o que consta na nova versão da Base Nacional Comum Curricular, a proposta é de antecipar do 3º para o 2º ano do Ensino Fundamental, isto é, dos oito para os sete anos o prazo máximo para que todas crianças brasileiras estejam plenamente alfabetizadas.

papel de monitor da professora, auxiliando as crianças que apresentam necessidades de ajuda para desenvolverem sua leitura e a escrita.

Além disso, são finalidades do programa:

I - a alfabetização (leitura, escrita e matemática) dos estudantes regularmente matriculados no 1º ano e no 2º ano do ensino fundamental, por meio de acompanhamento pedagógico específico; e

II - a prevenção ao abandono, à reprovação, à distorção idade/ano, mediante a intensificação de ações pedagógicas voltadas ao apoio e fortalecimento do processo de alfabetização (BRASIL, 2018).

Este programa terá apoio das secretarias de educação estadual, municipal e receberá financiamento do MEC. Este apoio dar-se-á por meio de processos formativos, que ainda não se sabe ao certo como acontecerão, uma vez que as universidades públicas não foram convidadas para dar continuidade à formação que vinham realizando há anos junto às escolas públicas de suas regiões, e por intermédio e auxílio de um assistente de alfabetização às atividades estabelecidas e planejadas pelo professor alfabetizador. Financeiramente será concretizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para a aquisição do material e das despesas para os assistentes.

No item 6 do Manual Operacional do Programa, constam as atividades que cabem ao professor e ao assistente. O professor é responsável pelo planejamento, pela organização e desenvolvimento das atividades na sala de aula, visando garantir o processo de alfabetização, pela interação entre escola e comunidade e pela supervisão do assistente de alfabetização e a interação do Programa e o Projeto Político Pedagógico da escola. Cabe ao assistente de alfabetização realizar o acompanhamento pedagógico, conforme a orientação da secretaria de educação, pela participação do planejamento das atividades, pelo cumprimento da carga horária estabelecida pelo programa, por auxiliar o professor nas atividades planejadas por ele, pelo desempenho e frequência dos alunos, pela elaboração e apresentação de um relatório dos conteúdos realizados mensalmente, pelo cumprimento da responsabilidade, assiduidade e pontualidade e pela participação das formações indicadas pelo MEC.

Quanto aos recursos repassados, serão para as despesas com o material, transporte e alimentação dos assistentes. O assistente receberá R\$ 15,00 por matrículas dos alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental, R\$ 300,00 por turma nas escolas vulneráveis e R\$ 150,00 para as demais escolas.

Quanto à avaliação do programa, o sistema disponibiliza testes periódicos que deverão ser aplicados em todas as turmas que aderiram ao Programa Mais Alfabetização e também em

algumas turmas que não fizeram a adesão (para o propósito de análise da efetividade do Programa).

Na seção seguinte, apresentamos a pesquisa denominada como Estado de Conhecimento, a qual analisará os trabalhos publicados sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Essa pesquisa foi realizada no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e possui como objetivo identificar as abordagens e os principais resultados de estudos contemporâneos que estejam discutindo essa política no meio acadêmico.

3.4 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: O QUE FALAM AS PUBLICAÇÕES DO IBICT?

Com a perspectiva de buscar conhecer o que outras pesquisas semelhantes falam sobre o assunto referente a esta pesquisa, o Estado de Conhecimento foi a segunda etapa realizada neste trabalho. Esse tipo de pesquisa é caracterizado como a “identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica” (MOROSINI; FERNANDES, 2014, p.155). A partir deste Estado de Conhecimento, é possível identificar problemas de pesquisas, objetivos, metodologias, conclusões do que estão sendo produzidos em outros trabalhos com relação à temática investigada.

Sendo assim, este Estado de Conhecimento foi realizado para constatar o que foi e está sendo abordado em relação ao tema da minha pesquisa: *A transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim/RS*. No entanto, devido ao tema da pesquisa ser a transição de uma política pública para outra e ao fato de que o Programa Mais Alfabetização foi lançado no mês de fevereiro desse ano, ainda não são encontradas publicações sobre essa nova política. O foco, então, do Estado de Conhecimento foi direcionado apenas a conhecer o que dizem as publicações sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC).

Para a execução deste Estado de Conhecimento, realizou-se uma pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)⁶. Para tal, usou-se como descritor de busca o título *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa*. Após, foi

⁶ O Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão nacional de informação, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), realiza estudos no campo da ciência da informação e temas relacionados.

selecionado como tipo de trabalhos artigos, dissertações e teses, bem como o período selecionado foi o da implantação do PNAIC nas escolas brasileiras (2012) até o ano passado.

Desta forma, os trabalhos encontrados foram selecionados pelos títulos e organizados em um quadro de categorização para melhor analisá-los. Por meio do quadro de categorização, foi possível realizar uma melhor organização dos trabalhos encontrados. Realizei uma seletiva dos mesmos para ver quais apresentavam maior aproximação do meu tema de pesquisa.

Os quadros apresentados a seguir foram elaborados com a intenção de propor uma melhor organização dos caminhos percorridos desta pesquisa, além de apresentar os trabalhos encontrados e selecionados por mim.

Quadro 2: Quantidade de trabalhos encontrados no site IBICT.

Tipo de trabalho	Quantidade	Selecionados
Artigos	15	2
Dissertações	35	7
Teses	3	1
Total	53	10

Fonte: Elaborado pela autora

Os 53 trabalhos encontrados foram selecionados pelo título. Como critério de seleção, precisavam estar explícitos no título descritores referentes à alfabetização, às práticas pedagógicas ou à formação de professores alfabetizadores, todos na perspectiva do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante dos resumos, para melhor entendimento do foco destes trabalhos. Foi possível encontrar trabalhos que não apresentavam o meu critério de seleção. Sendo assim, realizei a leitura do resumo e foi possível constatar uma mesma linha de pesquisa.

Os 10 trabalhos foram escolhidos por apresentarem em seus resumos um mesmo caminho de pesquisa e um aporte teórico semelhante ao desta pesquisa. A seguir, encontra-se um quadro com os títulos dos trabalhos selecionados, seus autores, o tipo de trabalho, além da instituição em que foram realizados e o ano de publicação. No corpo do texto, abaixo do quadro 3, descrevo brevemente sobre o que cada trabalho encontrado aborda em suas pesquisas.

Quadro 3: Trabalhos selecionados no IBICT.

Títulos	Autor	Tipo de trabalho	Ano de publ.	Instit.
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): Caminhos percorridos pelo programa e opiniões de professores alfabetizadores sobre a formação docente.	Bárbara Lima Giardini	Tese	2016	UFJF
Formação continuada no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: alinhamento entre práticas, princípios formativos e objetivos.	Cancionila Janzkovski Cardoso André Luís Janzkovski Cardoso	Artigo	2016	UFMT
Os significados da formação docente desenvolvida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.	Ana Maria Klein Monica Abrantes Galindo Solange Vera Nunes de Lima D'agua	Artigo	2016	UNESP
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): Ressignificando a alfabetização	Rosimare Vieira Gomes	Dissertação	2016	UFPB
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: implicações de uma Política pública nacional numa escola de Porto Alegre.	Carolina Chagas Schneider	Dissertação	2017	PUCRS
Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Possibilidades e percepções no contexto da formação Docente.	Josi Carolina Da Silva Leme	Dissertação	2015	UFSCar
O Lugar dos Saberes Experienciais dos Professores do Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.	Márcia Inês Maschio dos Santos	Dissertação	2015	UNIJUÍ
Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: na trilha de sentidos ressoantes.	Tarcyia Coelho De Souza Marinho	Dissertação	2015	UFBA
A prática pedagógica alfabetizadora e a formação do pacto nacional pela alfabetização na idade certa (PNAIC).	Sueli Julioti	Dissertação	2016	UNINOVE
O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as suas implicações na prática pedagógica dos professores alfabetizadores	Tainam Gabriele Pereira Guisso	Dissertação	2017	UFFS

Fonte: Elaborado pela autora

A tese intitulada como *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): caminhos percorridos pelo programa e opiniões de professores alfabetizadores sobre a*

formação docente busca investigar quais os resultados e efeitos do PNAIC para a melhoria da prática docente. Apresenta como objetivo de pesquisa “analisar as opiniões de egressos dos cursos de formação do PNAIC sobre os resultados e efeito da formação de professores oferecida pelo Programa”.

Sendo que esta é considerada a maior política de formação de professores, Giardini (2016) destaca, nessa tese, que esta foi uma política que atingiu um grande número de professores e que a mesma contribuiu para um melhoramento das práticas pedagógicas. Para desenvolver esta pesquisa, a autora realizou um estudo com abordagens qualitativa, quantitativa, fazendo uso de pesquisa bibliográfica, documental e de campo com entrevistas e questionários, sendo que estas foram realizadas com professores e orientadores do Pacto.

A autora conclui sua pesquisa destacando que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa trouxe melhorias na prática pedagógica dos professores em vários aspectos, tais como: “planejamento didático; desenvolvimento do conteúdo; atendimento aos alunos; metodologia de trabalho; avaliação; relacionamento professor-aluno e professor-família, realização de trabalho com outros professores na perspectiva transdisciplinar; [...]” (GIARDINI, 2016, p.232).

Já nos dois artigos selecionados, encontrei elementos que contribuíram para esta pesquisa. O artigo intitulado como *Formação continuada no contexto do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: alinhamento entre práticas, princípios formativos e objetivos* tem como objetivo discutir a articulação entre as mudanças nas práticas pedagógicas dos professores alfabetizadores, os princípios de formação e o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores proposto pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Neste artigo, os autores apresentam um breve contexto das políticas públicas de formação de professores, dando ênfase para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, o qual foi destacado pelos professores participantes da pesquisa (docentes do Estado de Mato Grosso) como sendo o maior e melhor programa de formação de professores até o momento.

Já o artigo intitulado como *Os significados da formação docente desenvolvida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa* busca investigar a formação continuada docente como política pública voltada ao enfrentamento do problema do analfabetismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste artigo, as autoras fazem uma breve apresentação dos índices de alfabetização no Brasil, porém o foco deste é direcionado para a teoria e a prática das professoras alfabetizadoras em relação ao Pacto. Dados desta pesquisa apontam

para o acesso a novos conhecimentos, além do trabalho desenvolvido em grupo que o programa enfatiza.

Quanto às dissertações selecionadas por mim, todas abordam as contribuições da formação de professores oferecida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, analisando as contribuições para a discussão da formação continuada dos professores, visto que este foi um programa voltado para sanar as dificuldades e as problemáticas em relação à alfabetização no país. Tais dissertações foram selecionadas por apresentarem uma mesma linha de metodologia referente à minha pesquisa, além de organizarem um referencial teórico semelhante. Nessa direção, estas pesquisas abordam as políticas públicas de formação de professores, apresentam brevemente a história da alfabetização, bem como as práticas pedagógicas, focando principalmente para as contribuições que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) trouxe para a melhoria nos índices de alfabetização e para o melhoramento das metodologias usadas pelas professoras alfabetizadoras.

De maneira geral, os trabalhos encontrados apresentam como resultados a defesa de que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa vem a ser uma intervenção pública necessária, por apresentar um material teórico e prático que apresenta novas práticas pedagógicas voltadas para a alfabetização, além da formação continuada fornecida aos professores alfabetizadores, a qual foi considerada como sendo de grande valia por produzir efeito direto ou indireto nas práticas pedagógicas dos professores.

As publicações concluem que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) foi significativo por proporcionar aos profissionais da educação uma reflexão em relação às suas práticas pedagógicas. Alguns concluem ainda que o mesmo foi válido, porém é preciso ir além da formação dos professores. Para eles, necessita-se que haja um trabalho coletivo entre os professores alfabetizadores, além da necessidade da valorização destes profissionais.

Analisando as pesquisas que foram feitas sobre o PNAIC, as quais apontam que o mesmo foi considerado pelos professores e por outros participantes envolvidos nestas pesquisas como o melhor programa de política pública destinado à formação de professores e de melhoramento dos níveis de alfabetização, é bastante preocupante o fato de o governo não ter levado em consideração os resultados encontrados por estes estudos desenvolvidos país afora, e sim apenas tomar como medida de sucesso os resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), instrumento de avaliação do mencionado programa, a qual, como dito anteriormente, apresentou um resultado com nível de alfabetização insuficiente nos três primeiros anos do Ensino Fundamental.

Neste sentido, ao invés de verificar em que aspecto o PNAIC era falho, o governo decidiu por apresentar um novo programa, sendo ele o Programa Mais Alfabetização, o qual tem por objetivo alfabetizar as crianças até o 2º Ano do Ensino Fundamental.

Enfim, cabe destacar aqui que a minha pesquisa se assemelha com as demais quanto ao referencial teórico aqui apresentado, além da metodologia realizada, pois na maioria dos trabalhos foi realizado um estudo bibliográfico e uma pesquisa de campo, com análise documental baseada em Bardin (2010). Sendo assim, o presente TCC diferencia-se das demais publicações, pois visa analisar as expectativas das professoras alfabetizadoras das escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS em relação a esta transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização.

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, é necessária a escolha de uma metodologia adequada. Sendo assim, o próximo capítulo expõe a metodologia usada para o desenvolvimento desta pesquisa, bem como o detalhamento da pesquisa bibliográfica e da análise dos documentos.

4 CAMINHOS DA PESQUISA

Durante o processo de formação, é importante para o acadêmico seu envolvimento em projetos de pesquisas, pois o ensino e a aprendizagem tornam-se mais interessantes e motivadores se ocorrem por processo de pesquisa. Este processo instiga a curiosidade do acadêmico pela busca de mais conhecimento. Esta prática é exigida em vários momentos do curso, mas, especialmente, no final da graduação, é conhecida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). “Para a maioria, ele representa a primeira experiência de realização de uma pesquisa. Como vivência de produção de conhecimento, contribui significativamente para uma boa aprendizagem” (SEVERINO, 2007, p.202).

Neste sentido, percebe-se a importância de se fazer pesquisa durante toda a formação acadêmica. Para Severino (2007, p.26), “a pesquisa assume uma tríplice dimensão”. O autor classifica a pesquisa em três dimensões, sendo elas: epistemológica, pois só conhecemos e adquirimos conhecimento por meio do real; pedagógica porque se torna uma prática significativa de ensino e de aprendizagem, e social, sendo que os resultados podem viabilizar uma intervenção na sociedade. Segundo o autor, isto só acontece por meio do conhecimento. “O conhecimento é mesmo a única ferramenta de que o homem dispõe para melhorar sua existência” (SEVERINO, 2007, p.27).

A pesquisa que elaboramos ao findar a graduação pode ser um trabalho teórico, documental ou de campo, visando articular o processo formativo do acadêmico, conduzindo-o para uma construção de conhecimento. Ao findar este processo de conhecimento por meio da pesquisa, todo este desenvolvimento de um projeto de pesquisa apresenta uma regulamentação que varia de acordo com as instituições de ensino, a qual passa por uma apresentação de defesa pública e por uma banca examinadora, realizando uma avaliação final deste processo de pesquisa.

Neste viés, de que a construção do conhecimento ocorre por meio da pesquisa, esta vem agregar ainda mais conhecimento à minha trajetória como futura professora, pois a proposta desta pesquisa é investigar a transição de uma política pública de alfabetização para outra com o objetivo de conhecer as expectativas das professoras alfabetizadoras de Anos Iniciais nesse processo. A proposta de pesquisa surgiu devido à aflição e inquietação em relação ao baixo nível de alfabetização demonstrado pelas crianças da turma em que realizei o estágio supervisionado obrigatório dos Anos Iniciais.

O desenvolvimento desta pesquisa foi realizado em três etapas: pesquisa bibliográfica, Estado de Conhecimento e pesquisa de campo. Num primeiro momento, então, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, uma vez que esta “utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas” (SEVERINO, 2007, p.122), ou seja, um reconhecimento das pesquisas já realizadas sobre o tema com base em artigos, dissertações ou qualquer documento impresso.

Essa pesquisa bibliográfica foi realizada em livros e artigos. Para essa fundamentação teórica sobre o assunto da pesquisa, foram selecionados autores que abordam o tema da alfabetização, tais como Mortatti (2006), Cagliari (2009), Rios (2015), Ebert (2016). Para a discussão sobre política pública educacional, basicamente foram utilizados leis e decretos que norteiam a legislação educacional, bem como os referentes aos dois programas analisados neste TCC. “A pesquisa bibliográfica visa ao levantamento de estudos e referências para a construção do quadro teórico” (GIARDINI, 2016, p.72).

A partir da revisão bibliográfica, pode-se elaborar o referencial teórico encontrado nesta pesquisa, o qual está organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, sobre a história da alfabetização, os métodos de alfabetização e as práticas pedagógicas usadas pelas professoras alfabetizadoras, buscou-se por autores específicos e artigos que abordassem esses temas; no segundo capítulo, foram discutidas as políticas públicas educacionais, sua organização e os programas direcionados para a alfabetização nas últimas décadas, especialmente o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização. Além disso, também foram lidos artigos, dissertações, leis e decretos que apresentam o assunto. No entanto, cabe ressaltar que foi encontrado mais referencial teórico sobre o PNAIC, visto que este é um programa que está em vigor desde 2012.

Num segundo momento da presente pesquisa, foi realizado um Estado de Conhecimento com o propósito de verificar sobre o que versam os trabalhos publicados no site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) no período de 2012, ano de implantação do PNAIC, até 2017. Esta etapa da pesquisa tem como intenção,

[...] identificar problemas de pesquisa, objetivos, principais referenciais teóricos que as subsidiam, tipos de metodologias e de instrumentos de coleta de dados utilizados, além de verificar os resultados preliminares e finais do que está sendo produzido acerca da temática que se deseja investigar (BITTENCOURT, 2017, p.24).

Neste sentido, realizou-se uma análise dos trabalhos encontrados, a qual foi dividida em etapas, sendo a primeira uma leitura flutuante dos resumos dos artigos. Esta leitura é caracterizada por Bardin (2010, p.122) como uma atividade que “consiste em estabelecer

contato com os documentos a analisar e em conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações”. Após a leitura, foi possível elaborar um quadro com as informações obtidas, as quais priorizam título, objetivo, metodologia, conclusão e resultados presentes nos resumos, o qual contribuiu para uma melhor organização dos trabalhos encontrados.

Além da pesquisa bibliográfica e do Estado de Conhecimento, foi realizada uma pesquisa documental ou análise documental. Numa pesquisa dessa modalidade, “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p.122).

Um ponto importante na pesquisa documental é a escolha dos documentos que serão analisados. Para isso, “convém escolher o universo de documentos susceptíveis de fornecer informações sobre o problema levantado” (BARDIN, 2010, p.122). A escolha dos documentos deu-se a partir de uma pré-análise, na qual a “escolha dos documentos depende dos objetivos”. Após a escolha dos documentos, constituímos o *corpus*, que é “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2010, p.122).

Sendo assim, o *corpus* da análise documental deste TCC se constitui por artigos, teses e dissertações que abordam a alfabetização, por leis e decretos sobre as políticas públicas educacionais direcionadas para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização, bem como por questionários respondidos pelas professoras participantes da pesquisa de campo.

Para ler tais documentos, a análise foi organizada num processo de categorização definido como “uma operação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo gênero, com critérios previamente definidos”. (BARDIN, 2010, p.147). Estas categorias são elaboradas com a intenção de agrupar os trabalhos investigados levando em consideração o que cada um apresenta em comum.

A construção de categorias não é tarefa fácil. Elas brotam, num primeiro momento, do arcabouço teórico em que se apoia a pesquisa. [...] Não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p.42).

Esta pesquisa caracteriza-se, também, como uma pesquisa qualitativa, pois coloca o pesquisador em “contato direto com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via

de regra através do trabalho intensivo de campo” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11). Neste sentido, foi realizada, como última etapa deste estudo, uma pesquisa de campo com entrega de questionários, os quais, segundo Severino (2007, p. 125), caracterizam-se como um “conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vista a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo”. Sendo assim, quando elaboramos este tipo de pesquisa, devemos elaborar questões claras, sem que as mesmas causem dúvidas para os sujeitos participantes da pesquisa.

Esta pesquisa, como dito, teve por intuito averiguar as expectativas das professoras do Ensino Fundamental Anos Iniciais em relação ao mais recente programa de alfabetização instituído pelo governo federal para as escolas de todo o país. Sendo assim, considerando que resido nesse município, foi escolhida a rede estadual de ensino do município de Erechim/RS para o desenvolvimento da pesquisa, a qual apresenta um total de sete escolas que aderiram ao Programa Mais Alfabetização. Nestas sete escolas, foi entregue um total de 30 questionários para professoras alfabetizadoras dos três primeiros anos do Ensino Fundamental. Destes, retornaram 16 questionários.

As perguntas elaboradas para realizar a pesquisa foram as seguintes: Quais os pontos positivos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? Quais os pontos negativos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? Como vem acontecendo na sua escola a transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização? Quais suas expectativas em relação ao Programa Mais Alfabetização?

Junto com os questionários, as professoras participantes da pesquisa receberam e assinaram um Termo de Consentimento Informado, sendo assegurado a elas o sigilo das suas respostas. Segundo Ludke e André (1986, p.50), “uma medida geralmente tomada para manter o anonimato dos respondentes é o uso de nomes fictícios no relato, além, evidentemente, do cuidado para não revelar informações que possam identificá-los”. Para assegurar o sigilo das respostas, os questionários foram numerados de 1 a 16.

No próximo capítulo, será apresentada, então, análise dos dados, na qual serão descritas as respostas coletadas por meio dos questionários, fazendo uma reflexão/discussão a partir de constantes aproximações e distanciamentos com o referencial teórico selecionado como base para esse TCC. Para a realização dessa análise, foram construídas as categorias de análise citadas anteriormente, as quais serão descritas em seus pormenores no início do próximo capítulo. Estas categorias são fundamentais, pois, juntamente com o referencial teórico, contribuirão para um encaminhamento das conclusões desta pesquisa.

5 ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS

Neste capítulo será apresentada a análise realizada a partir dos questionários entregues às professoras alfabetizadoras de 1º a 3º ano do Ensino Fundamental de sete escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS. Esta análise visa atender o objetivo da pesquisa de “analisar as expectativas das professoras de escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS em relação à transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização”.

Sendo assim, a análise dos questionários será realizada por meio da análise documental, que, segundo as autoras Ludke e André (1986, p. 38), “pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”. Neste sentido, procurei analisar os questionários em busca de mais informações sobre o assunto referente a esta pesquisa. Realizar uma pesquisa documental apresenta vantagem, pois, além de ser de baixo custo, o pesquisador precisa apenas de tempo e atenção, analisar os documentos mais relevantes (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Após a seleção dos documentos e de “organizar os dados, num processo de inúmeras leituras e releituras, o pesquisador pode voltar a examiná-los para tentar detectar temas e temáticas mais frequentes. Esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias ou tipologias” (LUDKE; ANDRÉ, 1986, p. 42).

Foram elaboradas, assim, três categorias para análise das respostas dos documentos, ou seja, dos questionários. Essas categorias foram criadas a partir das perguntas feitas para as professoras participantes da pesquisa. As categorias de análise desse TCC são: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): avaliação dos sujeitos da pesquisa, A transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para o Programa Mais Alfabetização na perspectiva dos professores e Expectativas dos professores em relação ao Programa Mais Alfabetização.

Na primeira categoria, *Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC): avaliação dos sujeitos da pesquisa*, serão apresentadas as respostas referentes às duas primeiras perguntas dos questionários, sendo elas: Quais os pontos positivos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa? Quais os pontos negativos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa?.

A segunda categoria, *A transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) para o Programa Mais Alfabetização na perspectiva dos professores*, analisa

as respostas da terceira pergunta do questionário: Como vem acontecendo na sua escola a transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização?

Por fim, a terceira e última categoria, *Expectativas dos professores em relação ao Programa Mais Alfabetização*, se refere à quarta e última pergunta do questionário: Quais suas expectativas em relação ao Programa Mais Alfabetização?

A seguir, apresento cada uma dessas categorias de análise, buscando, nessa análise de dados, responder o problema de pesquisa desse TCC.

5.1 PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): AVALIAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Essa primeira categoria de análise, com o propósito de analisar a avaliação que os professores alfabetizadores fazem sobre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), traz para discussão as respostas coletadas por meio dos questionários sobre os pontos positivos e os pontos negativos do respectivo programa na perspectiva das professoras.

Considerando que o PNAIC tem foco na formação de professores, das 16 professoras que participaram da pesquisa, todas apontaram como pontos positivos do programa a troca de experiência que o mesmo propôs, a reflexão sobre as práticas pedagógicas das professoras, além do fornecimento do material didático e da bolsa que era disponibilizada no valor de R\$ 200,00 para as professoras que participavam da formação.

A partir destes pontos positivos destacados pelas professoras participantes, as mesmas afirmam que o Pacto proporcionou:

“Trocas de experiências, encontros significativos, pensados e aparentemente elaborados para apoiar e ajudar os professores a repensarem suas práticas.” (P15)

“A oportunidade de repensar as práticas aplicadas em sala de aula, a importância dos momentos de trocas de experiências entre os professores”. (P13)

Ao analisar estas falas, podemos considerar que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa fez-se importante para as professoras participantes, visto que, ao mesmo tempo em que o programa possibilitou a troca de experiências entre as professoras, permitiu que as mesmas avaliassem e refletissem sobre suas práticas pedagógicas. Nesta direção, a P8 deixa isso claro em sua resposta:

“Participei somente desta formação em 2017/2018, para mim muito importante para reflexão da minha prática em sala de aula e também com as contribuições para qualificar meu trabalho”. (P8)

Segundo o que consta no documento norteador do Pacto, uma das estratégias de formação era de permitir aos(as) professores(as) o exercício de pensar a própria prática. Neste sentido, podemos discutir acerca desta estratégia, visto que, na maioria das vezes, os professores, principalmente os que já possuem alguns anos de carreira profissional como alfabetizadores, acabam não se dando por conta que ano após ano repetem as mesmas atividades, não aperfeiçoando suas práticas e métodos de ensino e de aprendizagem de acordo com os novos estudos que, de tempo em tempo, são publicados no campo da alfabetização.

Pelo fato do professor, muitas vezes, desenvolver um papel de mediador do conhecimento em sala de aula, o mesmo deve fazer uma ação-reflexão-ação de suas práticas pedagógicas, para, assim, compreender como as crianças aprendem e se de fato aprendem o que lhes é ensinado. Acredito e concordo com Santos e Larchet (2016, p.113) quando dizem que “[...] a ausência dessa reflexão é uma das causas dos danos detectados no processo de aprendizagem das crianças”, pois, na maioria das vezes, o professor trabalha um conteúdo programado, mas não analisa se esta prática ou maneira de ensinar está surtindo resultado. Ainda para Santos e Larchet (2016, p.113), “a prática pedagógica exige que, para atuar no cotidiano da sala de aula, se pense sobre a ação realizada, se o que é ensinado é de fato aprendido pelos alunos”.

É importante destacar que é o professor que está diretamente ligado às práticas pedagógicas. No entanto, essas vão se aperfeiçoando devido ao seu próprio saber, ao saber ensinar e saber-ser professor. É esta a oportunidade que o professor tem para analisar e ampliar seu conhecimento sobre os alunos e, ao mesmo tempo, sobre o ser professor e sobre o saber ensinar, construindo saberes docentes. (SANTOS; BRITO, 2012).

Para Santos e Brito (2012, p.5), “[...] trata-se, portanto, de compreender que os professores, através da reflexão sobre a prática, produzem um saber que serve de base ao desenvolvimento do trabalho docente”. Nessa perspectiva, como destacado pelas professoras entrevistadas, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa permitiu esta reflexão sobre o que e como as mesmas estão ensinando. Essa autoavaliação do professor torna-se, então, importante, pois o mesmo é visto pela sociedade como ator competente e sujeito do conhecimento.

Quanto às trocas de experiências destacadas também pelas professoras, Julioti (2016, p.65) destaca que “a socialização é uma habilidade importante a ser trabalhada nas formações

continuadas, principalmente pelo fato de o(a) professor(a) não trabalhar sozinho, de estar sempre em contato com pais, alunos, diretores e com os pares”.

Outros dois pontos positivos destacados nos questionários foram o fornecimento do material didático e a formação continuada, sendo assim citados como pontos positivos:

“A formação continuada proporcionada aos professores (2013 a 2018), o material da formação e as caixas de livros literários para as turmas, o envolvimento dos professores e orientadores de estudo na implementação do programa”. (P1)

O PNAIC “apresentou atividades diversificadas para que se pudesse trabalhar atividades de leitura, escrita e de raciocínio matemático, promoveu discursos e debates, aflorando diferentes visões em torno da alfabetização e letramento, além de uma formação continuada para os envolvidos”. (P11)

“Os cursos de formação e os materiais didáticos são de grande valia, além da troca de experiências vividas”. (P6)

Estes pontos positivos destacados por elas remetem a um dos eixos elaborados pelo MEC, a formação continuada de professores alfabetizadores. Este eixo estava organizado, nos primeiros anos de implantação da política, em um curso presencial, com duração de dois anos para professores, o qual era ministrado por orientadores de estudos, tendo uma carga horária de 200 horas por ano e sendo ofertado por Universidades públicas federais.

Sempre importante lembrar que a formação continuada de docentes é fundamental, visto que, muitas vezes, os professores alfabetizadores apresentam uma formação incompleta, pois, em alguns casos, possuem apenas formação do curso de Magistério ou não possuem condições financeiras de participar de uma formação continuada. Por outro lado, especialmente para esse nível de ensino, é possível encontrarmos muitos professores sem experiência sendo encaminhados para turmas de alfabetização. Nesse contexto, a formação inicial e continuada deveria almejar a valorização e a motivação do professor numa das etapas mais importantes do ensino básico, considerando o professor como a peça central no processo de alfabetização.

Para Julioti (2016, p.66), a formação continuada de professores desperta “o gosto em continuar a aprender, a descobrir coisas novas favorece o engajamento do profissional docente nas formações e na sua prática cotidiana, reavivando nele o entusiasmo pelo que faz”. Para tanto, isso se torna um ato fundamental, visto que podemos encontrar vários professores desmotivados e que, muitas vezes, não aprimoram os seus conhecimentos, contentando-se com o que lhes foi ofertado nos cursos de formação inicial. Neste sentido, Julioti (2016, p.66)

afirma que é preciso “provocar o(a) professor(a) com diferentes desafios e questionamentos, valorizando o conhecimento e o saber que ele já traz, [o que] constitui-se em um caminho para o engajamento do profissional docente em diferentes espaços pessoais e profissionais”.

Como citado pelas professoras participantes, o PNAIC apresenta em suas ações a formação continuada de professores alfabetizadores. Esta formação está organizada a partir do que foi denominado “formação em rede”: primeiramente, um professor formador de uma universidade pública federal realiza a formação dos orientadores de estudos⁷; num segundo momento, esse orientador de estudos organiza, “com base nos mesmos princípios formativos, a formação dos(as) professores(as)” que atuam nas escolas nos anos iniciais (JULIOTI, 2016).

Quanto aos materiais didáticos e pedagógicos mencionados nas respostas das professoras, estes também estavam na proposta do PNAIC, sendo eles livros, dicionários, jogos de apoio à alfabetização, softwares, obras complementares, entre outros materiais disponibilizados. Estes foram citados como recursos que serviram de suporte para os professores alfabetizadores, pois os mesmos estão sempre em busca de novas possibilidades e maneiras de ensinar, buscando materiais que possam transformar as práticas em sala de aula mais atrativas e prazerosas. Cito a seguir os materiais fornecidos pelo MEC para as escolas e professores participantes do PNAIC:

- I. Cadernos de apoio para os professores matriculados no curso de formação.
- II. Livros didáticos de 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental e respectivos manuais do professor, a serem distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para cada turma de alfabetização.
- III. Obras pedagógicas complementares aos livros didáticos distribuídos pelo Programa Nacional do Livro Didático – Obras Complementares para cada turma de alfabetização.
- IV. Jogos pedagógicos para apoio à alfabetização para cada turma de alfabetização.
- V. Obras de referência, de literatura e de pesquisa distribuídas pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) para cada turma de alfabetização.
- VI. Obras de apoio pedagógico aos professores, distribuídas por meio do PNBE para os professores alfabetizadores.
- VII. Tecnologias educacionais de apoio à alfabetização para as escolas. (BRASIL, 2013)

Por sabermos da importância que os jogos apresentam no processo de alfabetização, este material foi preparado pelo MEC com a intenção de fornecer ao professor mais uma ferramenta de aprendizagem da leitura e da escrita. Como afirma Julioti (2016, p.76), “na alfabetização, eles podem ser poderosos aliados para que as crianças possam refletir sobre o

⁷ Essa nomenclatura, no PNAIC 2017/2018, foi atualizada para *Formadores Locais*, ou seja, professores selecionados pelas prefeituras dos municípios para realizarem a formação diretamente com os professores das universidades públicas federais da sua região e, num segundo momento, “repassarem” suas aprendizagens para um grupo de 25 professores sob sua responsabilidade lá no município onde residem.

sistema de escrita sem [...], serem obrigadas a realizar treinos enfadonhos e sem sentido”. A criança não precisa ser forçada a aprender a ler e a escrever, uma vez que este é um processo que pode e deveria acontecer naturalmente, considerando-se que, “nos momentos de jogo, as crianças mobilizam saberes acerca da lógica de funcionamento da escrita, consolidando aprendizagens ou se apropriando de novos conhecimentos da área”.

Além dos pontos já destacados, acredito ser de valia citar que, em dois questionários, foi possível encontrar como ponto positivo a bolsa de auxílio financeiro que o governo depositava para as professoras alfabetizadoras. Essa foi uma novidade para as participantes do programa, pois nenhum outro programa destinado à alfabetização e formação de professores fornecia um auxílio remunerado aos professores para que esses participassem das formações continuadas.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi, então, o primeiro programa a investir desta maneira com os seguintes valores: R\$ 200,00 mensais para o professor alfabetizador; R\$ 765,00 para o orientador de estudo; R\$ 765,00 para o coordenador das ações do Pacto nos estados, Distrito Federal e municípios; R\$ 1.100,00 para o formador da instituição de Ensino Superior; R\$ 1.200,00 para o supervisor da instituição de Ensino Superior; R\$ 1.400,00 para o coordenador adjunto da instituição de Ensino Superior; e R\$ 2.000,00 para o coordenador-geral da instituição de Ensino Superior⁸.

Por outro lado, ao analisar os pontos negativos destacados nos questionários, as professoras lançam uma possível insatisfação com o PNAIC exatamente em relação a isso: o corte das bolsas de auxílio:

“A não continuidade do programa na estrutura em que ele se apresentava. O corte das bolsas de auxílio e a formação “aligeirada” nas duas últimas etapas”. (P1)

“Neste momento a falta da bolsa de R\$ 200,00 (foi extinta). Falta de verbas para materiais pedagógicos”. (P3)

Pode-se verificar que estas bolsas foram um diferencial em relação a outras políticas de formação de professores, pois os mesmos ganhavam para estudar, ou seja, era mais uma das estratégias do PNAIC com a finalidade de incentivar as professoras participantes do programa. Já na última edição do PNAIC (2017-2018), estas bolsas passam a ser extintas e, com a implantação do Programa Mais Alfabetização, neste ano de 2018, o professor regente da turma não ganhará mais este valor, pois o governo passa, neste momento, investir nos

⁸ Portaria n.º 90, de 6 de fevereiro de 2013, define o valor das bolsas dos participantes da formação do Pacto em seu Art. 1º. Esse valor, bem como a denominação destas funções, sofreu alterações nos anos posteriores.

assistentes de turma, os quais receberão um valor de R\$ 300,00 por turma nas escolas vulneráveis e R\$ 150,00 para as demais escolas.

Diante da análise realizada, percebemos que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa proporcionou mais pontos positivos do que negativos, pois se pode constatar que as professoras passaram a ter consciência sobre a importância de realizar a ação-reflexão-ação de suas práticas pedagógicas, bem como perceberam a importância da troca de experiências que o programa forneceu.

Nesse sentido, para os sujeitos participantes dessa pesquisa, esta política educacional de alfabetização levou todos os envolvidos e comprometidos com a educação a refletir, a repensar e a planejar suas práticas pedagógicas. Sem essa reflexão, como afirma Julioti (2016, p.11), “corremos o risco de apenas instrumentalizar os professores sem que estes encontrem significado no que ‘aprendem’ nas formações e não havendo, portanto, qualquer mudança em sua prática docente”.

5.2 A TRANSIÇÃO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC) PARA O PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

Sabemos que, no decorrer da história das políticas públicas educacionais, dificilmente, durou uma “[...] proposta educacional articulada e de longo prazo, pois os governos ocupantes do poder e seus respectivos representantes na educação, [...], propuseram políticas que privilegiavam visões pessoais [...] que tinham interesses particulares sobre como conduzir o nosso sistema educativo (GIRON, 2013)⁹.

No entanto, nas últimas décadas, foi possível notar uma preocupação dos entes governamentais em relação à educação das crianças brasileiras, especificamente quanto à alfabetização das mesmas. Ficou evidente que os mesmos buscaram por parcerias entre estados e municípios para que pudessem unir mais forças para lutar por uma mesma causa, a diminuição do índice de analfabetismo, que, em pleno século XXI, ainda é considerado alto.

Neste sentido, esta segunda categoria de análise foi elaborada com o objetivo de compreendermos, por meio das respostas das professoras, como está ocorrendo a transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização nas escolas, especialmente nas escolas estaduais do município de Erechim/RS. Pretende-se analisar se, de fato, está havendo uma transição para a troca de uma política pela outra ou se

⁹ Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/reflexoes-sobre-a-historia-das-politicas-educacionais-no-brasil/57059>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

está ocorrendo de forma aligeirada sem uma preparação para as novas propostas organizadas pelo governo.

Sabemos que o problema da alfabetização no Brasil não é recente. Nesta direção, cada vez mais os entes federados elaboram programas de investimento na alfabetização para amenizar esta situação. Esse é o caso do Programa Mais Alfabetização, que surge como uma nova proposta do governo para substituir o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). O PNAIC foi considerado o maior e melhor programa de investimento na formação dos professores alfabetizadores por compreender que o professor para alfabetizar não basta ter apenas uma formação específica, no caso, sua graduação, ele precisa ir além, apropriar-se e adquirir mais conhecimentos a partir de uma formação continuada de qualidade.

Sabemos que existe uma falta de fiscalização por parte do governo em relação aos programas desenvolvidos, sendo que, muitas vezes, as políticas nem bem são avaliadas em sua totalidade e já são substituídas por outras, sem, ao menos, se dar um tempo razoável para que cheguem às salas de aula as discussões realizadas nas formações continuadas.

Neste sentido, concordo com Fernandes (2011, p.186) quando diz que “[...] os programas e projetos possam cumprir cabalmente os seus desígnios, é necessário encontrar métodos e procedimentos que permitam proporcionar feedback oportuno, rigoroso e profundo que retrate o mais fielmente possível o que funciona, como funciona e porque funciona”. Este feedback permite que possam ser realizadas “formas alternativas de resolver um dado problema, orientar o desenvolvimento de medidas de política e a tomada de decisões e dar a conhecer práticas que funcionem e que sejam eficazes” (FERNANDES, 2011, p.186).

Nesta linha de pensamento e após a leitura realizada das respostas encontradas nos questionários, fica uma dúvida a ser verificada em relação à maneira como o governo realiza esta substituição de programas, pois, quando questionadas sobre como vem acontecendo na escola em que atua a transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização, percebe-se, nas respostas das professoras, o sentimento de um “certo” abandono por parte do governo federal:

“Não houve transição. Aconteceu uma ruptura de um programa para outro”. (P3)

“De forma muito brusca, simplesmente uma ruptura sem uma transição”. (P1)

Por meio desses depoimentos, podemos perceber que o governo, muitas vezes, muda de política pública, especialmente as da educação, de uma maneira repentina, sem aviso e sem um fornecimento ou qualquer tipo de apoio e preparação dos professores para com as novas políticas e programas sejam colocados em prática com qualidade. O governo, frequentemente, desenvolve e anuncia para as escolas novas e/ou renovadas políticas educacionais, que, em

algumas situações, acabam sendo aceitas pelas escolas pelo incentivo e interesse na verba que é destinada a esta escola ou até mesmo para cumprir sua obrigação, enquanto escola, visando fornecer melhorias na educação.

Neste sentido, acredito que este pode ser um dos problemas pelos quais ocorre o “fracasso” nas políticas públicas: quando não se tem uma preparação ao substituírem uma política pela outra, as mesmas são simplesmente interrompidas. Muitas vezes, esse mesmo governo faz o uso dos dados que são coletados por meio das avaliações de cada programa em vigor e, simplesmente e unicamente por essas informações, que, muitas vezes, restringem-se a dados quantitativos, tiram as suas conclusões, achando mais fácil romper os programas do que achar soluções para melhoria e continuidade dos mesmos. Nesta direção, destaca-se mais uma das falas das professoras, quando ela cita que:

“Não houve transição. Apenas apresentaram a primeira avaliação aos alunos e a comunicação de um monitor para auxiliar na aprendizagem”. (P9)

Por razões como essas, podemos afirmar que nosso país não consegue dar uma continuidade “às iniciativas educacionais. Os recomeços nessa área certamente não são diários, mas anos são como dias em políticas públicas, porque elas envolvem insumos financeiros, pessoal e articulações políticas e técnicas que afetam diretamente milhões de vidas ao longo de anos” (BRASIL, 2018).

Apesar de não ter ocorrido uma transição entre ambos os programas, o novo programa que está em vigor visa fornecer um assistente pedagógico para todas as turmas de 1º e 2º ano do Ensino Fundamental. Ação essa, para os professores participantes dessa pesquisa, já de grande valia, pois isso auxiliará em sala de aula para com os alunos que apresentam um processo de aprendizagem mais demorado.

Quando falamos em um país mais justo, é preciso que os entes federados levem em consideração os dois fatores mais importantes dentro do sistema educacional, sendo eles: o professor e o aluno. Considero-os importantes porque o professor é sim a peça fundamental para que a aprendizagem aconteça em sala de aula, sendo o mediador do conhecimento, e o aluno é o sujeito que precisa aprender, uma vez que se encontra neste espaço porque busca por uma educação e ensino de qualidade, pretende formar-se um cidadão crítico, ativo e participativo da sociedade. Sendo assim, “quanto mais descontinuamos políticas educacionais sem a devida avaliação, mais dinheiro público estamos desperdiçando” (BRASIL, 2018).

Neste sentido, acredito que a tentativa do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa atingiu muito dos seus objetivos, porém os recentes cortes de investimento em educação

e a não aplicação de uma avaliação adequada e justa sobre o mesmo levou à extinção deste programa.

Espero, com a apresentação desses depoimentos de professores da minha cidade, contribuir para uma reflexão e problematizar uma ‘transição’ na qual o governo retira uma política que, segundo os participantes dessa pesquisa, vinha surtindo efeito, para implantar outra, a qual, nesse momento, não apresenta um rumo concreto de suas ações, sendo, ainda, direcionada para as escolas sem muita explicação.

5.3 EXPECTATIVAS DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO PROGRAMA MAIS ALFABETIZAÇÃO

Procurando saber o que as professoras esperam do novo programa direcionado para o melhoramento da alfabetização, esta última categoria de análise foi elaborada com a finalidade de analisar as respostas relacionadas à quarta e última pergunta do questionário: Quais suas expectativas em relação ao Programa Mais Alfabetização?. Antes de realizar a análise das respostas, considero necessário apresentar uma breve retomada em relação ao que já se sabe sobre esse programa.

Segundo o que consta no site da Undime¹⁰, o Programa Mais Alfabetização foi lançado no mês de fevereiro deste ano, perante a portaria de nº 4/2018. Essa política educacional tem por objetivo “fortalecer e apoiar as escolas no processo de alfabetização dos estudantes de todas as turmas do primeiro e segundo anos de Ensino Fundamental”. Para atender a este objetivo, uma das ações é garantia de um assistente de alfabetização ao professor em sala de aula. O governo tem por expectativa atender 4,6 milhões de alunos nas 200 mil turmas de todo o Brasil. Para o ano de 2018, o governo investirá neste programa um valor de R\$ 523 milhões.

Ainda ao que consta no site da Undime, esta nova proposta será realizada de acordo com cada escola a partir do projeto político-pedagógico e com o apoio da secretaria da educação. Além do apoio do assistente, o governo investirá no fortalecimento da formação continuada dos professores e do material didático. Foi elaborada uma medida de atuação diferenciada para as escolas que apresentam vulnerabilidade, pois as mesmas, como dito, apresentaram em 2016 um desempenho insuficiente na Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). Neste sentido, serão disponibilizados assistentes com carga horária diferenciada, ou seja, estes ficarão 10 horas por semana realizando o atendimento das turmas de 1º ano e 2º

¹⁰ União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação.

ano do Ensino Fundamental. Quanto à avaliação deste programa, essa acontecerá da seguinte maneira: “as escolas e redes farão ainda avaliações periódicas para acompanhar a aprendizagem das crianças e dar suporte ao replanejamento do trabalho desenvolvido pelas escolas considerando os resultados obtidos com o programa”.

Após os resultados das avaliações da ANA, pode-se afirmar que esta é mais uma medida tomada pelos entes federados na direção de medir o nível de alfabetização das crianças brasileiras. Estes resultados são realmente preocupantes, visto que não houve um avanço nos últimos anos. Sendo assim, é oportuno apresentá-los, visto que “os níveis de alfabetização das crianças brasileiras em 2016 são praticamente os mesmos que em 2014”. Estes “revelaram que 54,73% dos estudantes acima dos 8 anos, faixa etária de 90% dos avaliados, permanecem em níveis insuficientes de leitura”, sendo que “na avaliação realizada em 2014, esse percentual era de 56,1. Outros 45,2% dos estudantes avaliados obtiveram níveis satisfatórios em leitura, com desempenho nos níveis 3 (adequado) e 4 (desejável). Em 2014, esse percentual era de 43,8”.

Sendo assim, na perspectiva do governo federal, este programa vem para reforçar e fortalecer o aprendizado das crianças matriculadas nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Diante disso, a partir das respostas dadas aos questionários entregues nessa pesquisa, foram analisadas as expectativas das professoras em relação a esta nova proposta. Sendo assim, suas expectativas são as seguintes:

“Esperamos que o programa venha acrescentar e ajudar o professor no processo de alfabetizar e não de sobrecarregar com mais atividades extras”. (P13)

“Espero que os recursos enviados para a contratação dos profissionais sejam maiores, pois, assim, teremos profissionais qualificados para auxiliar os professores no processo de aprendizagem”. (P4)

“Espero que a monitoria continue pois é a parte mais importante para aqueles alunos que têm mais dificuldades ou são mais lentos. Não tenho expectativas, uma vez que quando tiverem que cortar verbas será a primeira coisa a ser retirada das escolas”. (P9)

É possível perceber, na fala das professoras, que o governo precisa investir nas políticas de educação para que possam ser contratados profissionais competentes, que auxiliem, de fato, o professor alfabetizador, visando a melhoria no processo de aprendizagem.

Quanto à monitoria, as professoras esperam que o governo cumpra com esta proposta, pois o papel que será ou está sendo desempenhado pelo monitor em sala de aula é de fundamental importância, visto que, muitas vezes, na opinião dos sujeitos participantes dessa

pesquisa, o professor não consegue dar um auxílio ou uma atenção aos alunos que apresentam um atraso no desenvolvimento de sua aprendizagem.

Considerando que o monitor tem contato direto com o aluno, ele tem a responsabilidade de orientá-lo nas atividades realizadas em sala de aula. Para um melhor desenvolvimento desta proposta, este monitor deve ter uma formação inicial e continuada, possuir conhecimentos do exercício da docência, conhecimentos gerais e específicos da Educação.

Outro ponto que podemos analisar é que as professoras apresentam receio em relação a essas mudanças, visto que, como diz a P9, quando o governo precisar cortar verbas, tem a possibilidade de cortar o dinheiro destinado ao pagamento dos assistentes.

Com relação à nova política, podemos, ainda, analisar as expectativas de outras professoras que acreditam nesta nova proposta e esperam que a mesma seja mantida com seriedade para atingir seus objetivos.

“Sempre as melhores, que auxiliem os estudantes nesse processo de alfabetização e que possam atingir os objetivos do Programa”. (P10)

“Melhor do que ficar sem nada, mas o modelo do Pacto era melhor”. (P7)

“Que seja mantido com seriedade, com acompanhamento, pois programas que ‘vem e vão’ ou são abandonados no caminho. Não conseguem suprir as carências que temos hoje em nossas salas de aulas”. (P15)

Percebe-se que as professoras optam por ter qualquer programa, que ofereça a elas novas maneiras e formas de trabalhar com a alfabetização, como diz a P9, uma vez “que é melhor do que ficar sem nada”. No entanto, acredito que não podemos deixar isso acontecer. Precisamos, como professores, lutar por políticas educacionais que realmente estejam dispostas a fazer diferente e fazer a diferença; caso contrário, continuaremos sem avanços imediatos na educação brasileira.

Diante dessas transformações educacionais, podemos concluir que, mesmo as professoras sendo expostas a tantas mudanças nas propostas de ensino vindas do governo, é possível, ainda, perceber como há sempre esperança em seus depoimentos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como temática a mudança de uma política pública de educação para outra, esta pesquisa discute a transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim/RS. Este estudo procurou investigar as expectativas de professoras de escolas públicas estaduais do município de Erechim/RS em relação a esta transição. Para tanto, teve por objetivos analisar os dois programas, bem como as expectativas das professoras em relação a essa transição de políticas educacionais voltadas à alfabetização.

Para a consolidação desta pesquisa, foi traçado um caminho metodológico, o qual foi executado em três etapas: inicialmente realizou-se a pesquisa bibliográfica para a elaboração do referencial teórico encontrado na presente pesquisa, após uma pesquisa de Estado de Conhecimento com o intuito de verificar o que as publicações recentes abordam sobre o tema investigado e, por último, a pesquisa de campo. Nesta última etapa, ocorreu o contato com o local de pesquisa, ou seja, as escolas participantes da recente proposta do governo, o Programa Mais Alfabetização. Para a realização da pesquisa de campo, foram distribuídos em sete escolas participantes do programa questionários para as professoras alfabetizadoras.

Sendo assim, o *corpus* da análise documental desta pesquisa se constituiu por artigos, teses e dissertações que abordam a alfabetização, por leis e decretos sobre as políticas públicas educacionais direcionadas para o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização, além dos questionários respondidos pelas professoras participantes. Da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010) dos textos desses questionários, emergiram as categorias de análise desta pesquisa.

É relevante expor que houve dificuldade para a fundamentação teórica das categorias elaboradas neste trabalho, visto que um dos programas analisados é uma proposta nova, lançada há apenas alguns meses do corrente ano. Diante disso, o que tínhamos para usar sobre o programa foi apenas o documento norteador do mesmo.

Em relação ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, podemos afirmar, a partir das respostas dos sujeitos dessa pesquisa, que o mesmo foi uma política de formação de professores que originou um engajamento de todos os envolvidos com a educação, pois conseguiu, durante os poucos anos de sua existência, promover a participação de todas as escolas brasileiras com o objetivo de melhorar os índices de alfabetização nas escolas do nosso país. Cabe destacar que os professores participantes da minha pesquisa consideraram o PNAIC de grande valia para suas práticas pedagógicas.

Destacaram, também, que o programa proporcionou a elas uma reflexão sobre a maneira de ensinar, ou seja, sobre como elas desenvolvem suas práticas pedagógicas em sala de aula. Ressaltam, ainda, a importância que teve a troca de experiências entre as professoras atuantes dos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Por outro lado, esta pesquisa fez com que percebêssemos que o governo, ao fazer a troca de uma política pública pela outra, não realizou uma preparação dos professores, nem dos diretores das instituições de ensino, nem dos assistentes de sala de aula. Ele simplesmente rompeu o PNAIC, apresentando outra política, o Programa Mais Alfabetização. O que percebemos é que os professores, que são a chave principal para o desenvolvimento destas políticas, já iniciam as mesmas despreparados, pois é muita mudança num curto período, o que faz com que acabem, segundo seus depoimentos, sentindo-se perdidas em meio a muitas mudanças.

Em relação ao que as professoras esperam do Programa Mais Alfabetização, elas gostariam do comprometimento dos entes federados com relação ao cumprimento das metas estabelecidas por eles, além da seriedade, permanência da política e, principalmente, continuidade no envio da verba que será destinada para a realização do programa. Na perspectiva das professoras, sem o dinheiro que é destinado para a realização do programa, tão pouco surgirá efeito.

Para finalizar esta pesquisa, considero importante afirmar que o Pacto, ao fornecer a formação continuada aos professores alfabetizadores, já deu um grande passo na direção de atingir melhorias na educação. Nesta direção, parece ser exatamente essa a maior preocupação dos professores participantes dessa pesquisa, e também minha como futura professora: será dada continuidade ao investimento que foi feito no PNAIC na formação continuada dos professores?

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Editora 70, 2010.

BITTENCOURT, Z. Política Curricular para a Educação Integral: Formação de Professores no Brasil e em Portugal. 2017. 284f. Tese (Doutorado em Educação) –Programa de Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2017.

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação Básica (SEB). **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Formação do Professor Alfabetizador**. Caderno de Apresentação. Brasília, 2012.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.094, DE 24 DE ABRIL DE 2007**. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **MEC anuncia Política Nacional de Alfabetização para reverter estagnação na aprendizagem**. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/56321-mec-anuncia-politica-nacional-de-alfabetizacao-para-reverter-estagnacao-na-aprendizagem>>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. **Ministério da educação: Escolas e municípios têm prazo até dia 30 para informar dados**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Observatório do PNE**. 2007. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/5-alfabetizacao/analises/a-importancia-da-meta-5>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL; Ministério da Educação. **Avaliação Nacional da Alfabetização ANA**. 2013. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2013/livreto_ANA_online.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual Operacional do Sistema de Orientação Pedagógica e Monitoramento nº 142**, de 22 de fevereiro de 2018. Programa Mais

Alfabetização. 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85691-manual-operacional-pmalfa-final/file>. Acesso em: 02 mar. 2018.

CAGLIARI, L.C. **Alfabetizando sem o ba-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 2009.

EBERT, SÍNTIA LÚCIA FAÉ. Práticas pedagógicas de leitura e escrita: um estudo investigativo no ciclo da alfabetização. 2016. 215f. Tese (Doutorado) - Pós-Graduação em Educação da Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/6947>. Acesso em: 16 out. 2018.

FERNANDES, Domingos. **Avaliação de programas e projetos educacionais::** das questões teóricas às questões práticas. 2011. Disponível em:

<<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5663/1/Avaliac%CC%A7a%CC%83o%20de%20programas%20e%20projetos%20educacionais.%20Das%20questo%CC%83es%20teo%CC%81ricas%20a%CC%80s%20questo%CC%83es%20das%20pra%CC%81ticas.pdf>>. Acesso em: 8 nov. 2018.

FERREIRA, P. Brasil ainda tem 11,8 milhões de analfabetos, segundo IBGE. O Globo, São Paulo, 21 dez. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/brasil-ainda-tem-118-milhoes-de-analfabetos-segundo-ibge-22211755>>. Acesso em: 25 out. 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIARDINI, Bárbara Lima. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC):** Caminhos percorridos pelo programa e opiniões de professores alfabetizadores sobre a formação docente. 2016. 287 f. Tese (Doutorado) - Curso de Gestão, Políticas Públicas e Avaliação Educacional, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

GUISSO, Tainam Gabriele Pereira. O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as suas implicações na prática pedagógica dos professores alfabetizadores. 2017. 131 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2017.

JULIOTI, Sueli. A prática pedagógica alfabetizadora e a formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). 2016. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais, Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2016.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, C. M. S; ADÃO, S. A. da R. C. Os desafios na prática do pacto nacional pela alfabetização na idade certa. **Revista Monografias Ambientais - REMOA** v. 14, 2015, p. 41-51. Edição especial: pós-graduação em educação, interdisciplinaridade e transversalidade - Uni pampa - São Gabriel – RS. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/20637/pdf>>. Acesso em: 29 maio. 2018.

MOROSINI, M. FERNANDES, C. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v.5, n.2, p.154-164, jul./dez. 2014.

MORTATTI, Maria Rosa Longo. **História dos Métodos de Alfabetização**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OLIVEIRA, Francisco Adão. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Goiás Editora da PUC, 2010.

RIOS, Aline dos Santos. A prática pedagógica no processo de alfabetização. In: Educare XII Congresso Nacional de Educação, 12, 2015, Paraná. **Anais**. Paraná: Grupo Marista, 2015. p. 2836 - 2848. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17816_8726.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

SANTOS, Francisca das Chagas Cardoso do Nascimento; BRITO, Antonia Edna. Prática pedagógica de professores alfabetizadores: sobre a produção do saber e do saber-ensinar. In: XVI ENDIPE - Encontro nacional de didática e práticas de ensino, 17., 2012, Campinas. **Anais**. . Campinas: Unqueira&marin Editores, 2012. v. 3, p. 1 - 10. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acer vo/docs/4065p.pdf>. Acesso em: 16 out. 2018.

SANTOS, Iramar Lage; LARCHET, Jeanes Martins. **Alfabetização: saberes e práticas**. Plurais Revista Multidisciplinar. Salvador. v.1, n. 3, p. 104-121, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/3062/1995>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Iara. **Alfabetização e Letramento - Métodos de Avaliação**. 2012. Disponível em: <<http://pedagogiaclamada.blogspot.com/2012/11/alfabetizacao-e-letramento-metodos-de.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

SOUZA, Elaine Eliane Peres de. A formação no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). In: X ANPED SUL, 10, 2014, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Anped, 2014. p. 1 - 18. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/95-0.pdf>. Acesso em: 14 set. 2018.

VIEIRA, Zeneide Paiva Pereira. **Cartilhas de alfabetização no Brasil**: um estudo sobre trajetória e memória de ensino e aprendizagem da língua escrita. 2017. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Memória; Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2017. Disponível em: <<http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2017/09/Tese-Zeneide-Paiva-Pereira-Vieira.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2018.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS
CAMPUS ERECHIM/RS
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Eu, _____, ciente de minha participação nesta pesquisa sobre a Transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim, autorizo a utilização de minhas respostas, bem como a posterior análise destas, em possíveis publicações e divulgações científicas, desde que minha identidade seja preservada.

Erechim, ___/___/_____

E-mail e/ou telefone do participante: _____

Assinatura do participante: _____

Pesquisadora: *Luciane Stahelski*

Contato pelo e-mail: *luciane_stahelski@hotmail.com*



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - UFFS

CAMPUS ERECHIM/RS

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Este questionário faz parte de uma pesquisa de campo, cujo objetivo é investigar a Transição entre o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Programa Mais Alfabetização em escolas públicas estaduais no município de Erechim.

Para tanto, solicito a sua colaboração e me coloco à disposição para qualquer dúvida pelo e-mail: *luciane_stahelski@hotmail.com* e pelo telefone: (54) 98414-0786.

Desde já, agradeço sua participação.

➤ Responda as seguintes questões:

1 Quais os pontos positivos do Pacto Nacional pela Idade Certa?

2 Quais os pontos negativos do Pacto Nacional pela Idade Certa?

3 Como vem acontecendo na sua escola a transição do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa para o Programa Mais Alfabetização?

4 Quais suas expectativas em relação ao Programa Mais Alfabetização?
